

Transcrição das falas da 429ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA

00:00:00 Anselmo Guimarães (Sec. executiva): Vou pedir para todos que estão aqui presencialmente irem tomando assento. Muito obrigado pela presença, só aguardando aqui a nossa transmissão ao vivo. Então, estamos ao vivo agora. Bom dia, senhora presidente, senhor presidente suplente, todos os conselheiros e conselheiras, demais amigos que nos acompanham presencialmente e pela internet. Verificado o quórum, a mesa declara aberta os trabalhos da 429ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA, que tem a pauta conhecida, encaminhada a todos os conselheiros no prazo regimental. Registro que a transmissão ao vivo dessa reunião pode ser acessada no *YouTube*, na página “@semilsp”. A presente reunião se realiza no auditório Professor Paulo Nogueira Neto, a sala de reuniões do CONSEMA, e também por meio virtual, através de videoconferência onde estão os conselheiros que nos acompanham pela plataforma *Teams*. Gostaria de agradecer novamente a presença de todos aqui, e agora, neste momento, já na abertura dos trabalhos, até aproveitando que essa é a última reunião de 2023, nós gostaríamos aqui de receber, temos a satisfação de receber o Coral Cetesb, que é composto por funcionários da Cetesb, da SEMIL e da Fundação Florestal, sob a regência do maestro Gualtieri. Eles vão fazer uma apresentação natalina para gente, fazer uma música. Gostaríamos de convidá-los, então aqui, já nesse momento de abertura para fazer essa apresentação. Agradeço aqui, em nome do conselho, por a gente ter essa ocasião especial. Conosco o maestro Gualtieri e o coral.

00:01:56 — 00:05:06 - Apresentação Coral

00:05:05 Anselmo Guimarães: Uma salva de palmas para o Coral. Nós agradecemos por essa apresentação. Muito obrigado, as portas sempre abertas aqui para quando vocês puderem trazer esse regalo para nós. Muito obrigado. Então essa foi a apresentação do Coral Cetesb, sob a regência do maestro Gualtieri, que é o coral composto aqui por funcionários da Cetesb, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, e também da Fundação Florestal. Muito obrigado. Espero que a transmissão tenha ficado com qualidade aqui para os que nos acompanham online. Então, agora nós vamos passar para o expediente preliminar, em continuidade, passamos a aprovação da ata da 428ª Reunião do Plenário, distribuída no prazo regimental a todos, razão pela qual peço que se dispense a leitura. Fica, portanto, considerada aprovada pela presidência. E agora nós vamos passar as comunicações da presidência e da secretaria executiva. Agora, com a palavra, a senhora presidente do CONSEMA, a secretária Natália Resende, com suas comunicações e informes. Bom dia, secretária.

00:06:14 Natália Resende (Presidente): Bom dia. Prazer enorme estar aqui com vocês, a gente fica muito feliz. Última reunião do ano, ainda com um presente desses, do pessoal do nosso Coral. Eles não estão ouvindo, mas já deixo aqui nossos agradecimentos por ter deixado um tempinho para a gente e ter feito essa apresentação tão bonita nessa época de ano que a gente tem um pouquinho de tempo para refletir, então é bom. Vamos lá, gente. A gente tem uma série de iniciativas aqui, até por conta da COP, vocês devem ter recebido já, vou destacar algumas. A gente teve uma atuação bem forte na COP, e nossa comitiva levou, além da presença, ações e produtos, que é o que a gente entende importante para mostrar o estado de São Paulo que já vem há anos fazendo muitas ações de referência aqui no Brasil, e que a gente precisa mostrar, a gente precisa levar isso também internacionalmente. Foi muito nessa linha que a gente lançou lá o

nosso Portfólio Verde, com uma série de iniciativas que já vêm sendo desempenhadas aqui pela Secretaria, pelo governo do estado de São Paulo, mapeando, colocando o mapeamento de 20 mil hectares para ações de reflorestamento, muito na tentativa da gente trazer financiamentos, trazer pessoas imbuídas com a mesma intenção, mesmo objetivo que a gente tem aqui de fazer o reflorestamento, então isso está dentro do nosso Plano do Meio Ambiente, a gente sempre tem tentado trazer mais e mais pessoas físicas e jurídicas para conseguir que a gente faça essa ação em conjunto e caminhe, porque é só assim que a gente vai conseguir bater a nossa meta de reflorestamento, até 2026 e até ao longo do tempo. Lá na COP também, a gente, Cetesb lançou um Relatório Dinâmico de Emissão de Gases de Efeito Estufa, a gente falou da nossa estratégia climática também, de mitigação e adaptação, enquanto prioridades para o governo do estado aqui de São Paulo. A gente visitou lá a maior usina de tratamento de lixo do mundo, até para a gente conseguir trazer experiências, a gente está acabando de gestar aqui uns programas de resíduos que a gente deve lançar no início do ano, então é importante para a gente ter essas experiências. Nós assinamos também um protocolo de intenções com a ISA-CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) para fomentar a questão dos corredores ecológicos, muito com foco na Mata Atlântica. Isso, a gente, de novo, a gente tem procurado sempre fazer essas parcerias para a gente conseguir caminhar nessa pauta de criação de corredores ecológicos, restauração florestal, apresentamos nossos avanços ambientais lá nos painéis. Aqui também, a gente falou muito sobre a COP, sobre esses produtos todos que a gente levou. Também lá na COP o pessoal visitou a Cidade Sustentável de Masdar em busca de resiliência ambiental. Antes, até um dia antes da nossa comitiva, a gente lançou aqui o Compromisso SP Carbono Zero, e aí a gente sempre tem convidado empresas. É um acordo voluntário para poder mandar suas trajetórias e a gente faz o reconhecimento, seja por aqueles que já estão no *Race to Zero*, seja aqueles que têm o compromisso de mandar, de cumprir as suas trajetórias, de ter boas práticas nessa questão dos acordos climáticos, das resiliência que a gente procura sempre fomentar aqui na Secretaria. Uma série de iniciativas que a gente fez lá, não vou detalhar todas, a gente já encaminhou. E a gente teve também o lançamento do guia, que registra as onças pintadas aqui no estado de São Paulo, um trabalho muito bom que foi feito com tempo, com muita substância, muito fundamento. A gente fica muito feliz de ter esse lançamento agora. A gente teve também a inauguração da primeira usina solar flutuante em uma cava de mineração aqui no nosso estado, o pessoal foi lá da nossa Subsecretaria de Energia. A gente abriu a consulta pública para o Plano Estadual de Energia, e aí fica um convite também aqui para todos participarem. Ele vai até 22 de dezembro, tá lá no nosso site. É um plano que vai até 2050. Tem ali como base, como fundamento o Plano de Ação Climática também, tem seus eixos, suas ações. A gente explorou muito a questão quantitativa e qualitativa. É importante a participação de toda a sociedade, está em consulta pública. E a gente falou muito disso também lá em Dubai, lá na COP, seja parte de energia renovável, a questão de transição energética, descarbonização. Por fim, só destacar aqui uma ação do DAEE, no investimento de 4,5 milhões em paisagismo, e não é só uma questão de paisagismo, é muito da gente procurar também essa questão de preservação e de restauração ali às margens do Tietê, no Jardim Metropolitano e entre a barragem da Penha e o acesso ao aeroporto de Guarulhos. A gente começou ali a fazer, e isso é muito importante para a gente preservar, também olhar para os nossos rios e nossos mananciais. Acho que é isso. De forma geral, Anselmo, devolver a palavra pra você. Agradeço a participação de todos. Para mim, é sempre um prazer estar aqui com vocês.

91 **00:12:04 Anselmo Guimarães:** Nós que agradecemos, muito obrigado. Dando continuidade
92 aos informes da secretaria executiva, gostaria de informar que foram nomeados novos
93 conselheiros esse mês, então agora, hoje é um momento de posse desses conselheiros, então a
94 mesa declara empossados os seguintes conselheiros nomeados por ato do governador, publicado
95 no Diário Oficial de 1º de dezembro de 2023: pela SEMIL, os conselheiros Denis Gerage
96 Amorim, Anderson Barbosa Esteves, da agenda de logística e transportes, respectivamente como
97 membros titulares e suplentes, em complementação ao mandato de Ricardo Rodrigues Volpi e
98 do próprio Denis Gerage. Também pela SEMIL, conselheiro Marco Aurélio Nalon, que é
99 coordenador do IPA, Instituto de Pesquisas Ambientais, como membro titular em
100 complementação ao mandato de Valéria Garcia. E pela Associação Brasileira de Engenharia
101 Sanitária e Ambiental, seção São Paulo, ABES, Ricardo Crepaldi e o suplente José Antônio
102 Monteiro Ferreira, em complementação aos mandatos de Paula Márcia Furukawa e do próprio
103 Crepaldi, que, de suplente, passou a titular agora. Então a mesa declara empossados, sejam todos
104 bem-vindos para essa continuidade de mandato, agradecemos pela participação e interesse.
105 Antes de passar para os próximos informes, é uma das atribuições do CONSEMA sempre
106 incentivar a criação e funcionamento de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, e esse mês
107 nós tivemos os 40 anos do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São José dos Campos,
108 que é o Coman, então, teve a solenidade, o evento de 40 anos, nós participamos de maneira
109 virtual, da mesma forma como a gente tinha participado dos 39 anos do COMDEMA Bauru,
110 que é presidido pelo Ricardo Crepaldi conselheiro. Parabéns a ambos pela longevidade, pelo
111 pioneirismo, que é como estão sempre de perto como também o andamento das atividades do
112 CONSEMA, parabéns. E por fim, informo que se encontra disponível na página eletrônica do
113 CONSEMA, a agenda das reuniões plenárias para o ano de 2024, ou seja, até dezembro de 2024,
114 está lá a data prevista das reuniões, seguem o mesmo modelo adotado nesse ano de 2023. Então,
115 a gente solicita que os conselheiros, para poderem ter essa previsibilidade e programação prévia
116 acessem “www.semil.sp.gov.br/consema”, no acesso específico da agenda, que é a parte inferior
117 da página. Qualquer dúvida, nossa secretaria executiva está à disposição para poder esclarecer
118 e saná-las. Então, dito isso, agradeço a todos, vamos passar aos 30 minutos de fala distribuídos
119 entre os conselheiros para assuntos de interesse geral. Já tenho inscrito aqui previamente o
120 conselheiro Fernando Prioste, que vai ceder o uso da palavra para o assessor Rodrigo Marinho,
121 que está aqui conosco, representante das comunidades quilombolas, por favor, os conselheiros
122 que quiserem se manifestar. por favor, sinalizem, já para a gente fazer a nossa inscrição. Então
123 temos a conselheira Gilda Nunes, temos o conselheiro Daniel Smolentzov, o conselheiro Djalma
124 Weffort, conselheiro Andrés, conselheira Cristina Murgel, Coronel Martins. Eu tenho então
125 anotado Prioste, Gilda, Djalma, Andrés, Daniel, Cristina Murgel, Coronel Martins. Então são
126 sete inscritos, são quatro minutos para cada um. Passo, então, inicialmente a palavra para o
127 conselheiro Fernando Prioste, que está conosco aqui. Bom dia, conselheiro. Bom dia também
128 ao Rodrigo Marinho, que está conosco novamente, por favor.

129
130 **00:15:55 Fernando Prioste (ISA):** Bom dia. Vou passar direto a palavra para o Rodrigo.

131
132 **00:16:00 Rodrigo Marinho:** Bom dia a todos e todas. Primeiramente agradecer a Deus pela
133 oportunidade, mais uma vez, do espaço cedido aqui pelo conselho. Estou aqui hoje
134 representando as comunidades tradicionais quilombolas da região do Vale do Ribeira, me chamo
135 Rodrigo, sou quilombola também, do Quilombo Ivaporunduva, quilombo este que fica

136 localizado no município de Eldorado, Eldorado é um dos municípios que compõem os
137 municípios do Vale do Ribeira. Mas hoje eu venho também agradecer a possibilidade da abertura
138 de diálogo durante esse ano que a gente teve aqui no CONSEMA, e diálogo que está muito
139 ligado às pautas quilombolas, pautas essas que está linkado a questão das roças tradicionais,
140 alguns debates referente à questão do Cadastro Ambiental Rural. Também teve o debate sobre
141 essa questão também das roças perenes, mas, de modo geral, agradecer a oportunidade da
142 abertura desse diálogo para gente estar podendo seguir com essa pauta. Penso que para o
143 próximo ano a gente possa aprofundar mais esse debate e algumas pendências, vamos se dizer
144 assim, que não foi concluída esse ano, a gente possa sanar para o ano que vem, e também, de
145 fato, pôr em prática alguns acordos e algumas ações que foram pactuadas durante esse ano.
146 Reforço a possibilidade da gente tentar fazer essa conversa, em especial com o pessoal da
147 Secretaria da Agricultura, que é onde está concentrado o Itesp, o Itesp é o órgão que tem a
148 competência de fazer o processo de regularização fundiária das comunidades quilombola do
149 estado de São Paulo. E aí reforço, também aqui dizer que a gente reiterou o ofício que a gente
150 tinha encaminhado esse ano na proposta de um pedido de reunião das comunidades quilombolas
151 junto ao Secretário da Agricultura para a gente poder dar continuidade no processo de diálogo
152 das demandas quilombola do estado de São Paulo. Então penso que para o ano que vem a gente
153 possa estar dando prioridade nesse diálogo para a gente avançar nessas demandas quilombola.
154 Obrigado.

155
156 **00:18:25 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Fernando Prioste. Gostaria de chamar agora,
157 está conosco online, conselheira Gilda Nunes. Bom dia, conselheira, por favor, a palavra é sua.
158

159 **00:18:39 Gilda Nunes (Instituto Ilhabela Sustentável):** Bom dia a todos e todas. A minha fala
160 vai ser sobre o saneamento do litoral norte aqui de São Paulo. A gente está aqui com várias
161 praias impróprias para banho, e 60% dessas praias, elas se encontram no canal de São Sebastião,
162 que possui três emissários submarinos, e um deles, inclusive, que é o de Ilhabela, opera sem
163 Licença de Operação, desde janeiro, que teve a Licença negada pela Cetesb. Então, a minha
164 pergunta, eu gostaria de obter um esclarecimento a respeito disso, pela Cetesb, se já que o
165 emissário está com Licença negada, se ele pode continuar em operação como está, ou seja,
166 desrespeitando a legislação e também para SEMIL, com relação aos contratos, porque os
167 contratos com a Sabesp eles não estão sendo cumpridos. Pelos contratos, as Estações de
168 Tratamento já eram para estar prontas e não estão, acho, que nem fase de projeto ainda. E aí a
169 minha pergunta também vai com relação à provável privatização da Sabesp, como é que ficariam
170 esses contratos? Se seriam cancelados e, principalmente, com relação a uma nova contratação,
171 se cada município poderá fazer sua contratação própria ou se terá que ser em blocos, em função
172 das regiões metropolitanas? Obrigado pela resposta, se puderem me dar.

173
174 **00:20:12 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira Gilda. Próximo inscrito
175 conselheiro Djalma Weffort. Bom dia, conselheiro Djalma, por favor, a palavra.
176

177 **00:20:26 Djalma Weffort (APOENA):** Bom dia, secretária, secretários, os colegas, colegiado.
178 Gostaria apenas de reforçar o lançamento que houve, como a secretária mencionou, do guia de
179 identificação das onças pintadas. Nós tivemos a oportunidade de participar do evento, esse daqui
180 é o guia, e é resultado de um trabalho já de fôlego que tem aqui a realização da Fundação

Florestal, do IPA, do ICMBio, e o patrocínio do Biota Fapesp. Esses estudos apontam para três áreas de conservação da onça pintada no estado de São Paulo, o que é uma notícia extraordinária. E essas áreas foram denominadas *Jaguar Conservation Unit*, JCU. Eu acho até que foi uma denominação adequada, porque nós podemos conversar com outros países. Então, nós temos, no estado de São Paulo, três Unidades de Conservação com essa categoria, é uma excelente notícia, porque isso pode ir para a política pública, para mais debates, envolvimento de outras instâncias. Eu estou aqui então, com esse guia, acho que pode ser encontrado nas melhores livrarias do ramo. Sugiro que todos possam ver, que é um trabalho extraordinário, excelente. Parabeno todas as equipes, todas as pessoas que participaram desse projeto, e dizer que as ameaças para onça pintada são a fragmentação, os incêndios florestais, atropelamentos e caça. A caça, às vezes não diretamente contra a espécie, mas contra as presas que essas espécies se alimentam. Então, são populações pequenas, uma nossa, uma dessas JCU é aqui no Alto do Paranapanema, com populações bastante reduzidas, mas que vai aumentar a nossa responsabilidade para poder fazer as conexões ecológicas, a secretária já mencionou também a questão da restauração, ampliação das Unidades de Conservação, os corredores ecológicos, enfim. Então eu, diante desse trabalho, vocês vão ver aqui, olha, que cada onça tem a sua identificação, cada onça tem a sua personalidade, as suas digitais, seu biotipo. Cada uma é uma, todas fotografadas com armadilhas fotográficas, trabalho extraordinário. E então eu quero assim, encaminhar uma proposta da gente avançar nesse debate, nessa discussão. Talvez levar para a CT de Biodiversidade do próprio CONSEMA, nós temos representantes ambientalistas, do qual também faço parte. Trazer para essa discussão os parceiros, as áreas de ocorrência dessa onça, por exemplo, tem áreas extensas de usinas hidrelétricas, a gente teria que trazer esses parceiros, a comunidade do entorno, então, eu gostaria de propor já como uma proposta para o próximo ano, 2024, a gente avançar nesse entendimento, tentar segurar o que for possível a situação da espécie, que é uma espécie que, como vocês sabem, é uma espécie bandeira, é uma espécie detetive, é uma espécie que, com a sua conservação, nós vamos salvaguardar um ecossistema completo, e uma cadeia alimentar completa. Então seria isso, acho que é importante que todos possamos ter esse trabalho e possamos atuar juntos, que é uma tarefa bastante difícil, mas desafiadora.

00:25:42 Anselmo Guimarães: Ok, muito obrigado, conselheiro Djalma, fica registrado. Próximo inscrito, conselheiro Andrés. Bom dia, conselheiro, seja bem-vindo, por favor, a palavra é sua.

00:25:55 Andrés Vernet (Ecophalt): Bom dia a todos e a todas. Eu queria pedir a Cetesb e a SEMIL voltar ao assunto quanto a resposta dos nossos ofícios que estão sem resposta. Podem parecer muitos os ofícios, mas eles são proporcionais aos problemas que encontramos, em especial a resposta vinda na semana passada, que nós recebemos uma informação técnica da Cetesb, 60 dias após a sua emissão. Isso nos deixa muito indignados. E com a simples resposta de que estava passando para as agências que iriam verificar os problemas, mas isto para nós não é resposta. Mas esse final de ano, talvez a gente possa aprender um pouco a nos comover com os reais problemas, né? Vamos citar aqui alguns exemplos aqui, rápidos. Uma fábrica de chocolate de 6 mil m², que tem lojas nos shoppings, em São Paulo, que muitos de vocês tomaram café comendo chocolate de lá. Que está com parecer desfavorável para a renovação há quatro anos sem cumprir a logística reversa e sem nenhuma multa. Parece aquela história Esqueceram

de Mim, mas isso não causa comoção, né? Mas se nós estivermos falando aqui do ovo da tartaruga, talvez a coisa fosse mais comovente. Mas só pra gente ter uma ideia, essa empresa lança no mínimo, um cálculo que nós fizemos, de 50 toneladas de resíduos por ano, mas isso não causa comoção nenhuma a ninguém. Uma fábrica de leite A, em São Paulo, no estado de São Paulo, muito famosa, também sem Licença Ambiental. Há anos atrás, a sacolinha e o canudinho causaram uma comoção terrível em todo o mundo, mas eles não têm nem CPF, nem CNPJ, e continua aí a mesma coisa. Mas esses empreendimentos tem CNPJ, tem CPF. Em 2022, nós só conseguimos reciclar 1,7% do lixo, mas a nossa meta é de 22%. Tá muito longe, pelo menos para nós, isso é muito comovente. E o que nós temos que fazer então? E isso tem CNPJ e tem CPF. Esses empreendimentos tem CNPJ, tem CPF, então nós precisamos pedir à Cetesb, a SEMIL uma dedicação maior na fiscalização, na punição mais rigorosa desses infratores, se não nós não vamos cumprir a meta nunca. 1,7% está muito longe, agora se nós estivermos falando de 50 toneladas apreendidas de palmito, o que o doutor Ogawa falaria? 50 toneladas de palmito apreendida, mas não, 50 toneladas de resíduos sólidos despejados não causa comoção. Então senhores, para Cetesb e SEMIL, por favor, precisamos resolver os grandes problemas, e esse problema resolveria muitos outros problemas. É isso, então, o que nós pedimos, agradeço a atenção, obrigado.

00:29:44 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, conselheiro. Agora, abro a palavra para o conselheiro Daniel Smolentzov, está conosco online, por favor, conselheiro.

00:29:52 Daniel Smolentzov: Bom dia a todos. Queria parabenizar a equipe da Secretaria que esteve na COP 28, trazendo esses bons resultados noticiados pela secretária Natália, então parabéns pelo trabalho realizado, por todo o esforço. Nós que acompanhamos aqui no dia a dia sabemos que todo esse trabalho que foi levado à COP 28, que teve um esforço grande dos envolvidos, para preparar todo esse material e que isso traga todos os frutos noticiados pela secretária e aguardados por todos nós, então parabéns a todos os envolvidos. Parabéns também ao maestro e a todo o Coral da Cetesb. Eu sou suspeito pra falar porque confesso que desde que eu cheguei na Secretaria eu fico muito feliz quando o maestro e o Coral vão até a sala da Procuradoria e fazem apresentação de natal, é um momento de muita felicidade para mim e para toda a equipe que trabalha lá junto comigo, então fiquei bem satisfeito de ter visto a essa apresentação aqui no CONSEMA, parabéns a todos os envolvidos. Vou trazer aqui um relato breve da nossa última reunião da Câmara de Compensação Ambiental, que foi no último dia sete. Primeiramente, dizer que foi uma opinião de todos os conselheiros de que o ano foi muito produtivo na Câmara de Compensação Ambiental, nós conseguimos destinar recursos para bons projetos, seguindo o que impõe a lei, o SNUC. Então, eu acho que foi um consenso entre todos os conselheiros de que trabalhamos bem neste ano de 2023. Graças a Deus conseguimos evoluir bastante na Câmara de Compensação. Nessa última reunião nós tivemos o informe da Fundação Florestal sobre a devolução de valores que sobraram, foram destinados, e sobraram da DEJEM, que é aquele programa onde há o apoio da Polícia Militar do estado de São Paulo na fiscalização das Unidades de Conservação, então esse apoio tem uma remuneração que se chama DEJEM, e sobrou um recurso que voltou para a Câmara de Compensação. Então, com esse recurso e com mais recursos também da Câmara de Compensação, recursos vindos de outros empreendimentos, nós conseguimos, nessa última reunião, tratar do processo da restauração lá da Feena, que é um projeto muito importante, patrocinado com os recursos da Câmara de

Compensação Ambiental. Então, uma Unidade de Conservação que tem um patrimônio histórico bem importante para o estado de São Paulo e nós estamos fazendo a restauração desse patrimônio. Um outro projeto também que nós aprovamos é a adequação do prédio cinco do Parque Estadual Alberto Lofgren, que também é um prédio histórico, e ele vai abrigar duas importantes coleções do IPA, que é o herbário e a xiloteca, né? Professor Nalon, conselheiro aqui, nosso colega, fez uma exposição muito interessante para nós sobre essas coleções, traçou todo o histórico e são coleções reconhecidas internacionalmente pela sua importância, e que não estão alocadas em um local correto, atualmente elas não estão bem acomodadas, mas vão ficar com os recursos da Câmara de Compensação Ambiental, vamos fazer esse restauro do prédio cinco, para conseguir abrigar as coleções, deixá-las no local adequado. Então esses foram os temas relevantes tratados na última reunião da Câmara de Compensação Ambiental. Aproveito também a minha fala aqui rapidamente, viu, Anselmo, desculpa se eu já me estendi no tempo, para desejar um feliz natal a todos os conselheiros e a todos aqueles que nos acompanham também, um natal de muita luz, de muita paz. Um ano de 2024 também muito exitoso para todos nós. Que possamos avançar nas pautas ambientais aqui pelo CONSEMA e que possamos avançar também em outras pautas para tornar o nosso estado de São Paulo um local melhor para todos nós, que esse é o objetivo principal. Então, bom natal e um bom ano novo a todos. Obrigado, desculpa, Anselmo, por exceder o tempo

00:35:28 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, conselheiro Daniel. De fato, extrapolou um pouquinho, mas como eu creio que seja de interesse até do CONSEMA saber o que está acontecendo na Câmara de Compensação Ambiental, e o conselheiro Daniel Smolentzov, nosso representante lá, ficou de trazer esses informes, então, está bem registrado, obrigado. A conselheira Cristina Murgel está aqui conosco na sala.

00:35:52 Cristina Murgel: Bom dia a todos. Queria aqui, em primeiro lugar, cumprimentar a SEMIL pela participação na COP. Acho que é muito importante ter sempre uma Secretaria que leva uma agenda extremamente importante nesse evento, em todos os sentidos, e comunicar que a Secretaria da Agricultura está entregando agora em 2023 o Sistema do CAR de ponta a ponta. Agora em dezembro a gente conclui o último módulo e a partir de novembro a gente já começou a receber os projetos dos PRADAS, eles já estão subindo no sistema, isso nos dá uma satisfação muito grande de poder iniciar 2024 já com uma outra perspectiva. Nós focamos muito no sistema e a partir de agora a gente começa a desenhar um modelo de regularização ambiental do estado de São Paulo em cima dos dados concretos. Então, essa é uma satisfação, uma prestação de contas que estamos trazendo. Estamos batendo 2023 com 35 mil cadastros validados, próximo disso, isso representa três vezes o que fizemos em 2022, e a nossa percepção é que isso vai ganhar escala em 2024. Também anunciar que nós promulgamos a regulamentação da Lei de Agrotóxico no estado de São Paulo, esse é um passo importantíssimo que estado de São Paulo dá, e estamos confiantes que vamos sim avançar em 2024 numa parceria maior com as demais pastas, principalmente com a SEMIL nessas questões, e trazer também, secretária, estava conversando com a Malu, com a Marina antes do conselho, vou levar o secretário Piai, da gente aportar para o Relatório de Qualidade Ambiental, tanto os dados do CAR, ter esse capítulo, quanto também, que foi um pedido da Malu e da Marina, a questão dos agrotóxicos. Secretário está chegando também da COP, nós devemos ter uma reunião de planejamento semana que vem, e eu já vou levar isso a ele e outros temas que a gente possa aportar para que a gente tenha esse

cenário do agro de São Paulo junto com o cenário ambiental, acho que ganhamos todos nessa leitura. E aproveitar também, primeiro agradecer a parceria de todos, eu acho que esse CONSEMA, em nome da nossa Secretaria, é um conselho que nos provoca muito e isso nos dá mais norte para trabalhar e mais atenção, e desejar a todos um feliz natal e um ano de muita saúde, muita coragem, porque a gente sabe que os desafios são enormes. Muito obrigada.

00:38:51 Anselmo Guimarães: Muito obrigado conselheira Cristina Murgel. Coronel Martins está conosco aqui na sala, por favor.

00:38:57 Dinael Carlos Martins (SSP): Bom dia a todos e todas. Queria inicialmente agradecer a secretária Natália Resende, a toda Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Logística. Nós tivemos na segunda-feira a inauguração de dois equipamentos importantes para nós em Araçatuba e São José do Rio Preto, com investimento da Secretaria, que vão permitir que o policiamento ambiental possa prestar um policiamento mais efetivo e eficaz nessas duas regiões. Então, o nosso eterno agradecimento à senhora. A segunda questão, eu queria noticiar também que ontem nós tivemos a aprovação da Lei Orgânica da polícia militar no Brasil. Essa legislação é importante para nós, porque organiza todas as polícias militares e harmoniza a polícia militar no país como um todo, e lá nós temos algumas questões importantes envolvendo a questão da fiscalização e a atribuição da polícia militar nessa fiscalização. Então, fortalecendo o nosso papel e fortalecendo o compromisso da polícia militar do estado de São Paulo nesse trabalho de fiscalização das infrações e os crimes cometidos contra o meio ambiente. E, por fim, também queria noticiar que amanhã a polícia militar ambiental do estado de São Paulo faz 74 anos. Em 1949, com 28 policiais, à frente o tenente Odilon Spínola, nós iniciávamos o trabalho no estado de São Paulo muito antes das próprias legislações, que vieram garantindo a preservação do meio ambiente, o estado de São Paulo, pioneiro como sempre, lançou a sua polícia. Nós nascemos com 28, hoje somos mais de 1700 policiais militares ambientais, e nós temos esse papel na fiscalização, e continuamos firmes e fortes, levando esse legado desses homens, mulheres, que iniciaram lá nossa história. Então, 74 anos que nós completamos amanhã, a maior polícia de fiscalização da América Latina, a polícia militar do estado de São Paulo. Então são essas nossas considerações.

00:41:41 Anselmo Guimarães: Obrigado. Por último, a conselheira Fernanda Brando, representante da USP.

00:41:46 Fernanda Brando (USP): Bom dia a todas e a todos. Queria agradecer a recepção do dia de hoje. Acho que faz uma diferença muito grande nessa tribulação de todo ano a gente ser recebido com tanto carinho, afeto. Isso nos deixa mais felizes para acabar o ano e começar um ano. Queria parabenizar então as atividades aqui expostas. Presidente Natália, sobre as atividades na COP, dizer que a Universidade de São Paulo esteve lá. Estamos muito felizes comemorando a 8º posição no ranking mundial de sustentabilidade. Primeira vez que a América Latina galga esse posto, a gente sabe que tem muitos desafios, mas esse reconhecimento no âmbito mundial nos faz muito feliz e enaltece ainda mais a universidade pública do estado de São Paulo, que tem tanta representatividade no mundo, então, foi uma notícia muito boa. Estivemos também com a Secretaria de Agricultura ali celebrando um acordo que temos para trabalhar com pautas que dizem respeito à nossa Mata Atlântica, tão importante quanto a

361 Amazônia, tão discutida na COP, e que será um aspecto a ser considerado para a COP 30, quando
362 a COP do Clima for sediada aqui no Brasil. E dizer que um dos pontos muito importantes que
363 articula este conselho, esta Secretaria com a Secretaria de Agricultura é justamente a pauta da
364 biodiversidade. Então, venho endossando e induzindo que a COP do Clima fique mais próxima
365 da COP da Biodiversidade, ou que traga nos seus assuntos a pauta da biodiversidade. Então,
366 como foi aberta aqui a fala pelo representante quilombola, que a gente considera então a pauta
367 da biodiversidade como a sua dimensão da sociobiodiversidade, e que esse é o trabalho que a
368 gente ensaja pela ciência, fazer uma triangulação entre as secretarias e trazer essa participação
369 dessas representações das comunidades tradicionais e pequenos agricultores. Então, gostaria de
370 deixar essa mensagem aqui para a gente refletir no próximo ano, como esse conselho vai
371 encaminhar, vai induzir, vai mostrar esse trabalho de articulação com a pauta da biodiversidade,
372 lembrando que a gente tem a Mata Atlântica, e que tem essa representatividade aqui no estado
373 de São Paulo, dessas pessoas e essas pessoas precisam ser consideradas no processo. Quero
374 terminar então desejando também uma ótima passagem, festas, que seja um natal de
375 tranquilidade e o início de ano com muitas expectativas, muita energia para a gente trabalhar
376 nas pautas tão necessárias para o nosso estado. Muito obrigada.

377
378 **00:44:59 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, professora, pelas palavras. Encerrado, então,
379 esse momento de manifestações de assuntos gerais. Gostaria agora, com a palavra, a senhora
380 secretária, Natália Resende, a presidente do CONSEMA, para seus comentários. Obrigado.

381
382 **00:45:12 Natália Resende:** Bom, vou começar aqui, aí eu vou pedir pra Mayla e para o Jonatas
383 me complementarem também. Em relação a fala do Fernando, do Rodrigo, a gente já teve a
384 oportunidade de comentar algumas vezes aqui e lá na Secretaria também, não foi por acaso que
385 a gente colocou no nosso PPA a questão das comunidades tradicionais e povos originários pela
386 importância, e a gente quer avançar na pauta, acho que esse ano a gente conseguiu dialogar,
387 conseguiu já caminhar em muitos temas, mas a gente tem muito ainda o que fazer, então conta
388 aqui com a gente, com o conselho, não tenho dúvidas, com a Secretaria também, para a gente
389 caminhar ainda mais. A gente tem muita coisa a fazer, mas, de novo, é prioridade aqui para a
390 gente ver como é que a gente consegue planejar, estudar e fazer. Então muito nesse sentido até
391 já deixo aqui o comunicado, deve sair publicado nos próximos dias, a Audiência que a gente vai
392 fazer de Bombas, vai ser em janeiro, e aí eu peço o apoio de todo mundo, Fernando também,
393 para falar com o pessoal lá também. para a gente ter uma boa Audiência, ter uma boa
394 continuidade dos trabalhos para a gente cumprir estritamente o nosso cronograma, conseguir
395 começar as obras dentro do nosso cronograma, acabar no que vem, porque já demorou muito. O
396 estado, como um todo, para a gente conseguir, a gente está perto de, enfim, fazer o acesso, então
397 a gente vai lançar o dia direitinho, provavelmente dia 18, mas a gente informa depois, e aí a
398 gente conta muito com o apoio de vocês lá, apoio de todo mundo para a gente conseguir finalizar
399 essa etapa. Em relação ao que a conselheira Gilda falou, da Cetesb, Mayla, depois vou pedir
400 para você complementar. Em relação aos contratos da Sabesp, o que que acontece? A gente está
401 num processo, desde agosto, de conversar com todos os 375 municípios, a gente fez uma
402 primeira rodada junto com o governador para falar das diretrizes, explicar o que significa a
403 desestatização, o que a gente quer fazer, quais são os avanços, aí a gente partiu depois para uma
404 segunda rodada desde outubro, novembro e dezembro, para a gente olhar contrato a contrato, e
405 aí, Gilda, a sua preocupação é muito a nossa preocupação, porque não é só aí que a gente tem

406 esses problemas, a gente tem várias outras cidades, e o que que vai acontecer, a gente quer
407 melhorar os nossos contratos. Hoje a gente tem 375 contratos, Planos Municipais de
408 Saneamento, Plano de Investimento junto à Agência, eles não se conversam, então a gente
409 precisa fazer com que eles se conversem. A gente precisa olhar, seja infraestrutura
410 compartilhada, seja a especificidade de cada município, que é isso que a gente vai colocar. Um
411 contrato com uma governança melhor, um contrato único com 375 anexos, e aí, em cada anexo
412 de cada município a gente vai botar meta, indicador, penalidades, a gente precisa ter gradação
413 de penalidade. E aí a gente está muito com um foco de onde é mais difícil, onde eu preciso
414 chegar, que, de fato, a gente tem área rural, a gente tem os chamados núcleos urbanos informais
415 consolidados, favelas, que hoje não estão dentro dos contratos, que se não fizer, a penalidade
416 vai ser maior, vai rebater na tarifa, então a gente está fazendo uma série de mecanismos para de
417 fato ter a universalização e tê-la em 2029, que é o nosso objetivo, porque saneamento antes de
418 nada é saúde. E aí a sua preocupação, Gilda, a gente fazendo conta aqui, a gente precisa colocar
419 mais de 1 milhão de pessoas que hoje estão fora, principalmente pessoas de áreas vulneráveis
420 de baixa renda, isso se a gente fizer uma conta, só para você ter ideia, a gente está falando hoje
421 de 25 bilhões de litros de esgoto que a gente gera e não trata por mês, então isso acaba indo para
422 os nossos mananciais, acaba indo para os cursos d'água, então a gente precisa acelerar obras,
423 precisa fazer esse tratamento. Se vocês tiverem interesse... Anselmo, eu não sei como está a
424 nossa pauta de janeiro, eu posso trazer uma apresentação mais detalhada dessa questão da
425 Sabesp, se for de interesse do CONSEMA, para poder explicar, falar um pouco melhor, a gente
426 está fechando esses anexos técnicos com cada município até o fim de janeiro, depois a gente vai
427 colocar em consulta a Audiência Pública, então tem todo um trâmite que a gente vai dar muita
428 transparência, a gente quer fazer muito, ter muito diálogo para a gente melhorar, seja o que a
429 Gilda colocou, seja em outros lugares também que a gente está vendo que precisa avançar
430 bastante. Então fica aqui a proposta, se o CONSEMA entender por bem a gente traz e eu explico
431 aqui, falo tudo, mostro todas as diretrizes, tudo que a gente avançou para deixar muito claro essa
432 questão. Não acho que é a melhor escolha, Gilda, é cada um prestar o serviço por si, até porque
433 muitos municípios estão em região metropolitana, aglomeração urbana, microrregião que tem
434 uma co-titularidade e uma infraestrutura compartilhada que proporciona um subsídio cruzado
435 que a gente quer com esses contratos manter principalmente olhando municípios menores que
436 são deficitários e não conseguem se manter sozinho. Então a lógica da Sabesp, do subsídio
437 cruzado, é muito importante para a população, sobretudo por questão de escala. Então, é por isso
438 que a gente está pensando nesse contrato, como eu coloquei, mas aí eu posso detalhar melhor
439 numa apresentação, se vocês entenderem por bem. O que o Djalma falou, conselheiro também,
440 de avançar na pauta, é muito em linha até do protocolo que eu comentei no início, que a gente
441 firmou lá na COP com a ISA CTEEP, porque a gente está focando em corredores ecológicos, e
442 com foco também em grandes mamíferos. Então a gente está olhando, seja essa questão do
443 corredor em si, seja a parte da biodiversidade mesmo, grandes mamíferos. Então é muito em
444 linha do que você comentou Djalma, então a gente está à disposição para discutir, seja essa, seja
445 outras iniciativas, que a gente tem essa mesma preocupação e que a gente quer avançar mais
446 ainda ano que vem. O Andrés falou da questão da Cetesb, vou deixar para você comentar, Mayla.
447 Cristina, parceria com a Agricultura a gente quer sempre, a gente agradece sempre a parceria de
448 vocês, e acho que a gente já tem um bom caminho trilhado para a gente avançar mais também
449 ano que vem, nos próximos anos. Acho que é importantíssimo, seja a medida que você falou,
450 questão do relatório, seja as diversas outras que a gente discute, que a gente fica muito feliz de

451 contar com a colaboração, a parceria de vocês para a gente avançar. Da mesma forma com a
452 USP, professora, e com a academia, que é muito importante a gente ter junto aqui da gente, né?
453 Esses planos todos, nosso Planos de Energia a gente faz também com a USP, a parte de carbono,
454 Fundação Florestal, a gente tem estudado com a USP também, e várias outras, nossa, que se a
455 gente for falar, muita parceria e é muito importante a academia estar junto, muito, eu sou
456 suspeita, né? Eu gosto muito de estudar também, então eu acho que essa visão, essa reflexão que
457 a gente tem que ter, que a gente tem que expandir aliado também às políticas públicas que a
458 gente tem que colocar para poder fazer ações de curto, médio e longo prazo, tem coisa que é de
459 longo prazo, mas a gente precisa fazer, porque é política de estado, e com a academia isso fica
460 muito mais bem embasado, então a gente agradece também a participação e a parceria de vocês
461 da USP e de todas também, vou colocar em nome da sua fala. Mayla, você quer me
462 complementar aqui, acho que da Gilda e do Andrés, né?

463
464 **00:53:34 Mayla Matsuzaki Fukushima (Cetesb):** Oi, bom dia. Só para complementar, em
465 relação ao EIA de Bombas, a gente está trabalhando com prioridade, continua trabalhando com
466 prioridade, e a gente está no prazo, as análises estão no prazo, inclusive, tem umas inspeções
467 marcadas para esta semana, não sei se a comunidade foi contatada, e agradecer até a ajuda da
468 Fundação Florestal também, que está dando apoio também e que conhece a região, então a gente
469 está trabalhando em conjunto, o Sistema está trabalhando em conjunto para viabilizar o mais
470 rápido possível esse Licenciamento. E, de fato, a Audiência está agendada para o dia 18, a gente
471 espera até fazer duas inspeções, uma aérea e uma terrestre. A aérea, se der certo, tiver teto,
472 porque lá eu mesma já tive dificuldade, às vezes não tem teto, mas a vistoria terrestre já está
473 confirmada, então a gente está acompanhando de perto para não escorregar o prazo, para dar
474 tudo certo. Em relação à questão do emissário, Gilda, eu estou levantando aqui com a equipe
475 técnica, com a agência lá de São Sebastião, para saber o que aconteceu e depois a gente se
476 compromete a passar a informação assim que possível. E a questão da logística reversa, a gente
477 está respondendo, a gente recebeu algumas outras demandas, Andrés, e a gente está
478 providenciando as respostas, então, o mais rápido possível, a gente pediu prioridade para a
479 equipe, então, o mais rápido possível a gente vai encaminhar as respostas e depois a gente
480 compartilha também com os conselheiros. Obrigada.

481
482 **00:55:36 Jonatas Trindade:** Bom dia a todos, só para falar rapidamente em relação ao acordo
483 que foi firmado, o protocolo de intenções com o Isa CTEEP, que a Natália destacou. Ele tem
484 esse olhar da conservação, e agora nós vamos marcar agendas para poder discutir o assunto.
485 Como eu tenho falado, a Secretaria está totalmente à disposição para discutir esse tipo de pauta,
486 é prioritária. Ontem eu recebi uma demanda específica em relação à restauração. Já abri até um
487 processo para poder ter uma manifestação técnica também em relação ao assunto. E o intuito é
488 fortalecer as ações, os programas relacionados e as ações, e essa parceria possibilita com que a
489 gente consiga ter esse olhar diferenciado em relação à fauna. E tem um trabalho que o próprio
490 Isa CTEEP desenvolve em outros países, que é o Projeto Puma, e o olhar vai ser muito nesse
491 sentido, aproveitar as boas experiências e trazer essas experiências para o estado de São Paulo,
492 com esse olhar em conservação, informações de corredores ecológicos.

493
494 **00:56:46 Anselmo Guimarães:** Obrigado, Subsecretário, Secretária Natália. Só
495 complementando a fala da Mayla, nossa equipe já informou que já recebemos mais algumas

respostas sobre logística reversa, a gente já vai encaminhar na sequência conselheiro Andrés. Então, agradecer as falas aqui de todas, as contribuições, gostaria de convidar para adentrarmos na ordem do dia e já convidar a equipe da Coordenadoria de Planejamento Ambiental para o primeiro item da ordem do dia, que é a apreciação do Relatório anual de Qualidade Ambiental, nosso RQA de 2023, referência 2022. Com isso, gostaríamos de passar a palavra, inicialmente, a nossa conselheira coordenadora de planejamento ambiental, Marina Balestero, por favor

00:57:32 Marina Balestero: Obrigada, Anselmo. Bom dia a todos e a todas. Para a gente não perder muito tempo, porque a gente espera que tenha um debate rico sobre o relatório, vou passar a palavra para Sheila, aí depois eu complemento com alguma coisa, tá bom? Sheila, fica à vontade.

00:58:15 Sheila Watanabe (CPLA): Bom dia. Eu vou falar um pouco para vocês sobre o Relatório de Qualidade Ambiental, o RQA de 2023. O RQA tem uma previsão legal pela política estadual de meio ambiente, que é a lei estadual 9.509, de 97, e a política determina que a antiga Secretaria de Meio Ambiente, que é a atual SEMIL, deveria publicar todo ano a consolidação dos relatórios anuais produzidos pelos órgãos do SEAQUA e um relatório anual da qualidade ambiental. E ela determinava que os objetivos desse relatório seriam acompanhar a evolução da qualidade ambiental do estado, fornecer subsídios para tomada de decisão e a elaboração de políticas públicas, e também dar transparência às informações disponibilizadas pelos órgãos da administração pública. A política estadual de meio ambiente também determinava que o relatório deveria ser enviado ao CONSEMA todo ano para sua apreciação e providências de sua ossada. Falando um pouco sobre a estrutura do relatório, o relatório tem comunidades de gestão, a forma como as informações são apresentadas por estado, por Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, as UGRHIs, e também por municípios. As informações que são apresentadas, são produzidas pelos diversos órgãos do Sistema Ambiental Paulista e também por demais órgãos do estado e nós também apresentamos algumas informações que são de atribuição da União. E aí uma informação importante é que o relatório reúne dados secundários, ou seja, nós, do Centro de Diagnósticos Ambientais, que coordenamos a elaboração do relatório, a gente não produz nenhum dado, a gente reúne dados de outras áreas, a maioria produzidas pelos diversos órgãos do Sistema Ambiental, então a nossa função é reunir esses dados e organizá-los no relatório. E aí, um critério que é muito importante para a publicação dos dados é que essas informações elas tenham atualização periódica. Então, tem muitos temas que a gente considera que sejam importantes no relatório, que nós gostaríamos que estivesse, mas a gente acaba não tendo uma fonte de dados públicos e que tenha atualização periódica. Então assim, é por isso que eu fico muito feliz de ouvir a fala da conselheira Cristina Murgel sobre a disponibilidade de conversar com a gente para possivelmente publicar dados do CAR, que são super importantes, também sobre agrotóxicos, é uma aproximação e uma articulação que vai ser muito valiosa para a gente. E aí sobre o ano base do relatório, sempre o ano anterior a publicação, então o RQA 2023 vai ter dados de 2022, ou o ano mais recente, porque em alguns casos os dados tem atualização bianual ou trianual, a gente tenta sempre publicar o dado mais recente. E nós também apresentamos séries históricas, e o nosso padrão são séries de 10 anos para que a gente consiga mostrar um pouco da dinâmica dos dados, como que ele se comporta ao longo do tempo, se ele melhora, se ele piora, para que o leitor tenha uma melhor noção desse dado. Falando um pouco sobre a organização do relatório, ele está organizado em 4 capítulos. O

primeiro é introdução, é um capítulo muito rápido que fala um pouco sobre a SEMIL sempre, na verdade, sobre o Sistema, as suas atualizações. Alguma particularidade dos anos também está na introdução e nos relatórios de RQA de 2021, 22 e 23. A gente também apresentou uma introdução da saúde, da Secretaria de Saúde, falando um pouco sobre o Covid, tecendo algumas considerações, de possíveis interfaces entre o Covid e o meio ambiente. E aí, no capítulo 2, de caracterização e divisão geográfica, ele é dividido em duas partes: o primeiro apresenta uma ficha das UGRHIs que a gente apresenta uma série de informações sobre as UGRHIs, as mesmas informações sobre as 21 UGRHIs nas quais o estado se divide para contextualizar um pouco para quem está lendo o RQA para saber um pouco das dinâmicas de particularidades dos territórios do estado. E aí uma segunda parte do capítulo é a de formação do território e dinâmicas demográficas, social e econômica. Como o próprio nome já diz, a gente apresenta uma série de informações demográficas, sociais e econômicas, e a ideia é contextualizar mesmo esse território para apresentar as informações que vem depois, no capítulo 3 de diagnóstico ambiental. Esse capítulo apresenta as informações ambientais, é o que tem forte relação com o tema de meio ambiente. Ele está dividido em seis seções, que são de recursos hídricos, saneamento ambiental, biodiversidade, qualidade do ar, energia e solo. A gente faz uma contagem de indicadores para dar uma noção, se apresenta aqui uma noção do que é o relatório. Então nós consideramos que no capítulo 2 a gente tem 23 indicadores, já no capítulo 3, 136. Nós apresentamos também o capítulo 4, de programas e ações do Sistema Ambiental. A gente considera que nos capítulos anteriores, 2 e 3, nós apresentamos informações relacionadas ao diagnóstico do estado, uma fotografia e diagnóstico do estado, e no capítulo 4 apresentamos as políticas públicas que o Sistema Ambiental está implementando no ano anterior, que responde um pouco as questões que são apontadas nos capítulos anteriores. E a gente considera que são 64 políticas públicas que são apresentadas no relatório de 2023. Agora eu vou entrar um pouco, mostrar um pouco das informações que a gente apresenta no relatório de 2023. Eu ressalto que isso não significa que essas sejam as informações mais importantes, são apenas informações que a gente selecionou para mostrar um pouco, para quem não conhece o relatório, como que ele se organiza, como que ele se estrutura e um pouco dos dados mesmo de 2023. Os conselheiros receberam o relatório por e-mail, então, depois, não sei quem já leu, quem não leu, consegue também se aprofundar um pouco em dados de maior interesse. Esse slide é só para mostrar para vocês as 22 UGRHIs nas quais o estado se divide. Como eu já tinha mencionado, as UGRHIs são o critério, a forma de apresentar os dados regionalizados do estado. As UGRHIs foram instituídas pela Política Estadual de Recursos Hídricos de 91. Elas são unidades territoriais formadas por parte de bacias hidrográficas ou um conjunto delas, ou seja, é uma unidade de gestão que considera os limites naturais do território. Já entrando nos dados de formação do território, do capítulo 2, nós apresentamos informações sobre as regiões metropolitanas e aglomeração urbana no estado. Em 2022 tivemos nove regiões metropolitanas e uma aglomeração urbana. Apresentamos também um dado de densidade demográfica, que acho que é um dado importante para contextualizar os dados que são apresentados no capítulo 3. A gente consegue perceber pelo mapa como uma população de 45 milhões de pessoas, a alta concentração de pessoas na cidade de São Paulo, na região metropolitana, no seu entorno, e também nos eixos da Dutra em direção à Ribeirão Preto. E a gente também apresenta a projeção de 2040 para pirâmide etária do estado, é bem interessante ver como a proporção de mulheres, a tendência é ser cada vez maior, assim, conforme a idade. Agora, já falando dos dados ambientais, propriamente ditos, que tem uma forte relação com o meio ambiente. Na parte de

recursos hídricos, nós apresentamos o Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas, o IPAS, aqui apresentado de 2013 a 2022. Eu quero só fazer uma observação que serve para os demais dados, principalmente de água, de recursos hídricos que vão ser apresentados, que nos anos de 2020 e 2021, a coleta de amostras foi muito prejudicada por causa das medidas de isolamento social para conter a pandemia de COVID-19, então alguns dados, infelizmente não puderam ser calculados. E outros dados, como IPAS, houve um esforço das equipes técnicas responsáveis, que conseguiram coletar uma determinada quantidade de amostras que, via de regra, não eram amostras do procedimento padrão mas que foram suficientes para aferir o cálculo pelo menos do índice por estado, e aí a gente indica no relatório, nas séries históricas esses anos, em que o cálculo foi feito de uma forma diferente, a gente indica eles por um sombreado preto, porque as próprias áreas que elaboraram esses índices, elas recomendam que, numa série histórica, esses anos que foram, de certa forma comprometidos, eles precisam ser olhados de uma forma criteriosa. Essa comparação desses anos com os anos anteriores ou seguintes, eles têm que ser feitos com muito critério. E no IPAS, só no ano de 2020 que ele foi realmente comprometido, nos anos de 2021 e 22 já foi normalizada a coleta de amostras e a aferição do índice, a gente vê que em 2022 ele teve um aumento. Aí, falando a partir de agora dos dados de águas superficiais, a gente apresenta o Índice de Qualidade de Água, o IQA. O IQA é um índice que apresenta de forma geral a qualidade ambiental das águas superficiais. Nessa série histórica que nós apresentamos, o ano de 2020 ele foi desconsiderado, ele chegou a ser calculado pela Cetesb, mas a própria Cetesb optou por desconsiderá-lo na série histórica por considerar que a baixa quantidade de pontos monitorados não dava uma ideia totalmente representativa do índice. Em 2022 foram amostrados 519 pontos e a gente percebe que a maioria dos pontos estava na classe boa. Outro índice é o de Qualidade das Águas para Proteção da Vida Aquática, o IVA, e aí apresentado aqui em 2022 por UGRHI. Não apresentamos aqui a série histórica porque não houve cálculo do índice no ano de 2020, 2021 e também não foi divulgada a série histórica do ano de 2022. Também temos o Índice de Balneabilidade de Praias Litorâneas, aqui apresentado de 2018 a 2022. Esse também é o índice que está destacado, o ano de 2020 está destacado na série histórica. No litoral norte, na baixada santista, o número de amostras foi suficiente para aferição do índice por estado, porém no litoral sul infelizmente não foi possível coletar um número suficiente de amostras que pudesse ser considerada representativa, então não foi calculada a balneabilidade no ano de 2020. Em 2021 houve uma suspensão temporária do programa entre março e abril, ele foi retomado em abril mesmo, então, considera-se que a coleta de amostras foi bem mais próxima da normalidade, em 2021, e 2022 já foi totalmente regularizado. Em 2022 foram coletados, foram amostrados 168 pontos ao longo de 151 praias, que correspondeu a 49% das praias do estado. Falando agora sobre uso da água, nós apresentamos esse gráfico sobre vazão outorgada de água por finalidade de uso no estado. Aqui, entre 2016 e 2022, é um gráfico que demonstra uma dinâmica importante, que é que a partir de 2021 e agora em 2022, também a vazão outorgada de água para uso rural, que é esse indicado em verde, ela ultrapassou o abastecimento público que é essa reta em azul. Possivelmente esse aumento se deu devido à coleta, a melhoria na coleta dos dados a partir do início da operação do sistema de outorga eletrônica do DAEE, também por uma simplificação nas solicitações, ou seja, acredita-se que não houve uma alteração na dinâmica das outorgas, e sim que hoje essas outorgas estão representadas de uma forma mais real do que elas eram antes a partir dessas medidas. Outro dado relacionado à vazão outorgada é um mapa de balanço entre a vazão outorgada e disponibilidade hídrica, que é 95 por sub bacia em 2022. E essas áreas em roxo elas

631 sinalizam que a vazão outorgada no ano foi maior do que a disponibilidade hídrica natural, ou
632 seja, está sendo outorgado mais do que a disponibilidade hídrica natural, ou seja, está sendo
633 outorgado mais do que a disponibilidade hídrica. É algo que sinaliza um ponto de alerta, de
634 criticidade, e outra questão importante é que, ao longo dos anos, a gente percebe que essas áreas
635 em roxo elas vêm aumentando e se espalhando pelo território. Agora falando da parte de
636 saneamento ambiental, nós também apresentamos o Indicador de Coleta e Tratabilidade de
637 Esgotos da População Urbana de Município, o ICTEM, esse dado é de 2022, a gente vê que a
638 maior parte do estado está na classe melhor, com as outras classes elas estão localizadas no
639 entorno da região metropolitana de São Paulo e também na faixa litorânea. E também
640 apresentamos o Índice de Qualidade de Aterros de Resíduos, o IQR, em 2022. Esse índice avalia
641 apenas a qualidade dos aterros que estão localizados no estado de São Paulo, a gente vê que a
642 maior parte dos aterros aqui do estado estão classificados, a maior parte dos aterros nos quais os
643 municípios do estado dispõe, em São Paulo, estão classificados como adequados, uma
644 informação que chama atenção é que a cada ano aumenta o número de municípios que dispõem
645 seus resíduos em outros estados. Esse ano tiveram municípios que disputaram seus resíduos em
646 Minas Gerais, em Mato Grosso do Sul, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Um outro dado
647 que a gente apresenta é o Índice de Gestão de Resíduos Sólidos, é um dado que ele contextualiza
648 um pouco, avalia um pouco a gestão dos resíduos sólidos de uma forma mais global, ao contrário
649 do IQR, que avalia apenas os aterros. E aí, a gente já vê uma situação diferente dos municípios.
650 Eles estão distribuídos a maior parte em classe mediana e ineficiente. Agora, na parte de
651 biodiversidade, a gente apresenta o Índice de Cobertura Vegetal Nativa por Município, que é
652 uma informação do Inventário Florestal de 2020. É um dado que subsidia muitas políticas de
653 biodiversidade da SEMIL, do Sistema Ambiental Paulista, e no qual a gente percebe que os
654 maiores índices de cobertura vegetal estão localizados na parte do litoral e sul do estado e os
655 piores índices estão na porção Oeste. Também apresentamos os autos de infração ambiental
656 confirmados por classe de infração, aqui de 2017 a 2022. As classes são flora, fauna, pesca,
657 fogo, produtos florestais, unidades de conservação, balões e outras infrações. E a gente observa
658 que historicamente os dados de flora e fauna são os maiores números de Aias no estado. Com
659 relação à sessão de qualidade do ar, a gente apresenta a concentração média anual de MP10 na
660 região metropolitana do estado de São Paulo, de 2013 a 2022. A gente percebe que no ano de
661 2022 teve uma queda na concentração. Também apresentamos o número de dias de
662 ultrapassagem do padrão, de 8 horas de ozônio e o número de estações de monitoramento na
663 região metropolitana de São Paulo também, de 2013 a 22. E também teve uma queda nesses
664 número de dias de ultrapassagem no ano de 2022. Sobre a seção de energia, a gente tem um
665 mapa do consumo dos principais energéticos que são utilizados nos municípios do estado, os
666 energéticos que são considerados para o cálculo desse consumo e a elaboração do mapa são
667 energia elétrica, gás natural, gás comprimido derivados do petróleo e etanol hidratado. Aí a gente
668 percebe como o consumo está muito concentrado, principalmente na região, na cidade de São
669 Paulo, na região metropolitana, no seu entorno, e nesse eixo da Dutra, Ribeirão Preto. E sobre
670 os programas e ações do Sistema Ambiental Paulista, ele está também dividido em seções. As
671 seções nas quais as políticas públicas, que são implementadas pela SEMIL, elas estão divididas,
672 elas podem apresentar uma ou algumas políticas públicas ou várias políticas públicas agrupadas
673 que sejam do mesmo tema, tenham relação entre si, e aí esse critério de escolha de como vai ser
674 organizada a seção é feita pelas áreas responsáveis pelo tema, que também elaboram os seus
675 textos. A gente apresenta o programa Refloresta, programa Nascentes, projeto Conexão Mata

Atlântica, Biota Síntese, ações voltadas à estratégia climática, agenda 20 e 30 e os objetivos do desenvolvimento sustentável, os ODSs, Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis, Gestão de Resíduos Sólidos, Programa Município VerdeAzul, atividades do Gerenciamento Costeiro, GERCO, ICMS Ecológico, Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo, que é o Datageo, as ações de Educação Ambiental, as ações para gestão da fauna, programas de biodiversidade e monitoramento e fiscalização para a conservação da biodiversidade, Programa de Gestão de Áreas Protegidas, atividades do Instituto de Pesquisas Ambientais, Plano de Controle de Emissões Atmosféricas, Câmaras Técnicas Ambientais, Acordo Ambiental São Paulo, Programa Simplifica SP Ambiental, Programas da Cetesb na Agenda Ambiental Internacional, Programa ODS Cetesb e as atividades do Conselho Estadual de Meio Ambiente, o CONSEMA também está representada aqui no RQA. E falando sobre as formas de disponibilização do RQA, os relatórios dos diversos anos estão disponíveis na página da SEMIL. Esse relatório aqui apresentado hoje, ele ainda está em fase de elaboração, a gente está passando pelas últimas etapas da sua elaboração e ele deve estar no site da SEMIL até o final de fevereiro. E uma parcela dos mapas que são apresentados no RQA também estão no Datageo, o Datageo apresenta contextos que são uma série de informações relacionadas ao mesmo tema. Tem um contexto do RQA lá, uma parte dos mapas que a gente apresenta nos capítulos 2 e 3, então esses mapas também estão disponíveis no Datageo, o que aumenta as possibilidades de visualização deles e também possibilita que as ferramentas que o Datageo possuem, elas possam ser utilizadas no mapa, alguns estão disponíveis, uma parte deles, a maioria estão disponíveis para download. E aí falando sobre uma ferramenta que é derivada do RQA, a gente tem o RQA Painel, que são conjuntos de dados que disponibilizam acesso interativo a determinados dados que compõem o relatório, então os dados que são apresentados nas publicações, uma parte deles também está nesses painéis. A gente tem dois painéis disponíveis no site da SEMIL, que são os painéis RQA 2020, que tem como ano-base a maior parte dos dados de 2019, e os painéis dos RQA 2022, que como ano base 2021, e a gente vai entrar rapidinho só para mostrar para vocês a cara do dos painéis. Clicando nessa aba “painéis” a gente entra no site. A gente vê aqui na página inicial está uma explicação sobre os painéis, aí clicando no “painéis”, a gente entra nos painéis. São 4 painéis, tanto de 2020 quanto 2022, e aí clicando nos painéis são apresentadas as informações. É uma série de informações. E aí, clicando em um município, são apresentadas todas as informações relacionadas ao município. E clicando na UGRHI, também são apresentadas as informações relativas a essa UGRHI específica, tá? Bom, acho que é isso. Eu convido vocês a quem ainda não conhece a conhecer, entrar no site e conhecer os painéis, é uma ferramenta muito legal que amplia a possibilidade de uso das informações do RQA. Bom, acho que era isso que eu tinha para falar para vocês. Eu agradeço muito as áreas parceiras na elaboração do RQA ao longo dos anos, e também agradeço muito as minhas colegas de centro, Priscilla, Tatiane e Vanessa, que juntas carregamos esse pianão, que é elaborar anualmente o RQA. Eu agradeço também a Arlete e a Vanessa, Arlete diretora do nosso departamento, Marina é coordenadora da CPLA, muito obrigada pela ajuda, pelo apoio, e é isso.

01:24:12 Marina Balestero: Obrigada, Sheila. Esse é um dos produtos que a gente tem ali na CPLA, ele é um importante relatório que tem o objetivo de consolidar, como a Sheila muito bem mostrou, consolidar e dar transparência para as informações ambientais. A gente está sempre buscando novas formas, novas informações, de apresentar essas informações, como ela colocou

aqui, com os *dashboards*, e também essa aproximação já sinalizada aqui com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento para a gente discutir a entrada de novos dados. Aí faço coro, com agradecimento da Sheila. Queria agradecer a todas as pessoas que têm contribuído ao longo dos anos, são mais de 10 anos de RQA, e também as pessoas que contribuíram para a elaboração desta edição, tanto aquilo que compõem a Secretaria, a SEMIL, quanto as outras instituições. Agradecer a equipe do Centro de Diagnósticos Ambientais, o Departamento e a Assessoria da CPLA, que fazem todo esse trabalho da elaboração, consolidação e validação das informações, e agradecer a Sheila, que é a pessoa que faz a coordenação técnica já há alguns anos e fez essa explanação muito boa aqui para a gente, super objetiva e eu coloco a CPLA à disposição para a gente debater, conversar, dúvidas e comentários. Obrigada.

01:25:31 Jonas Trindade: Gostaria de falar rapidamente, elogiar o trabalho da equipe técnica. Estava comentando com a Natália, São Paulo, se não é a única, é um dos únicos estados que faz o RQA, elabora o RQA. É uma obrigação, não é nova a obrigação que vem lá da política, de 81. O próprio governo federal tem dificuldade de elaborar o RQA, passou alguns anos sem elaborar e consolidou, no ano passado, entregou um relatório, mas é sempre aos trancos e barrancos, porque a complexidade e o tamanho do relatório demanda um esforço hercúleo da equipe técnica, de todas as equipes técnicas, não só da CPLA, mas a Cetesb, DAEE, e então assim, eu acho que vale a pena reforçar o compromisso do estado de São Paulo, e o interesse também de melhorar o relatório. Nós vínhamos discutindo a possibilidade de trabalhar para poder melhorar, até para tentar chegar mais próximo com a informação, e aí nós vamos contar também com a Cetesb, com todos os parceiros que participam desse processo. Mas eu acho que tem que ter um reconhecimento público do esforço de todos, a vontade, porque não é algo simples, é algo que demanda muita articulação, demanda muita conversa, demanda muito esforço. É hora de trabalho para poder chegar a esse resultado fabuloso que vocês chegaram. Então, parabéns. Realmente tem que reconhecer esse trabalho.

01:27:02 Anselmo Guimarães: Muito obrigado. Vamos abrir agora aos debates. Já temos aqui dois inscritos. Já temos inscritos conselheiro Andrés, conselheiro Trani, conselheiro Fernando Prioste. Então abro a palavra para o conselheiro Andrés Vernet.

01:27:20 Andrés Vernet: Primeiramente é um trabalho muito bom, realmente mostra a realidade. Parabéns a equipe que fez o trabalho. Eu queria, se puder voltar ao quadro, a figura 3, 29, para a gente discutir ou fazer algumas perguntas, mas realmente esse quadro mostra, e nós ficamos muito surpreso com isso, mostra a atual realidade, onde um alto índice de municípios que não fornecem informações, alto índice de municípios com índice ineficiente, ou seja, se nós somarmos esses dois índices, dá 52% dos municípios, eu acho que mostra a mazela que está o estado de São Paulo nesse aspecto. Então, eficiente e mediana, nós ficamos com 48%. Eu acho que isso é uma triste realidade do estado de São Paulo, então eu gostaria de fazer três perguntas, qual o motivo disso? Qual é a explicação que a Cetesb ou a SEMIL dão referente a esse triste quadro? Isso é falta de política pública, é falta de cobrança das políticas públicas ou esses municípios não estão nem aí para os índices, não estão nem aí para o assunto? Essas três perguntas, por favor. Obrigado.

764

765 **01:28:58 Anselmo Guimarães:** Eu vou continuar passando aos demais inscritos, depois a gente
766 passa aos comentários. Então, na sequência, conselheiro Eduardo Trani, Secretaria de Habitação.

767

768 **01:29:11 Eduardo Trani:** Bom dia a todos. Saudar a secretária Natália, subsecretário Jonatas,
769 todos presentes estão me ouvindo? A gente quando está online, infelizmente não pude estar
770 presente hoje. Não teria como não fazer, aqui secundado o que o Jonatas já colocou, o excelente
771 trabalho que a nossa Secretaria, SEMIL, presta à sociedade com a regularidade dos Relatórios
772 de Qualidade Ambiental. Ele é riquíssimo, claro, aqui, com todo o respeito a todos os assuntos
773 que vão ser discutidos tematicamente, mas eu queria dizer que vocês inovaram esse ano num
774 instrumento fundamental que, aliás, há alguns anos tentávamos instalar, que é justamente o
775 Painel que vocês apresentaram hoje, eu acho que com isso nós temos um documento ainda mais
776 adaptável a sociedade, de rápida leitura, e de grande interesse para os nossos usuários, até pelo
777 fato de que, como RQA é uma peça longa, é grande e de consulta eventual, eu acredito que nós
778 temos que fazer com que os agentes públicos, sobretudo aqueles dos municípios, participem
779 cada vez mais. Eu sei o que o PMVA faz isso, mas eu queria aqui dizer a secretária, Jonatas, que
780 nós aqui na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, nessa jornada que nós temos feito dos
781 debates regionais, nós estamos, repito, com 10 regiões metropolitanas, são 255 municípios. Eu
782 queria aqui pedir a Marina e a toda equipe, a Sheila, Arlete, enfim, aqueles que são responsáveis,
783 que a gente possa fazer uma divulgação nas nossas reuniões regionais das regiões
784 metropolitanas. Porque ali estão os municípios e eu acredito que esse talvez seja um dos mais
785 importantes instrumentos para que a questão ambiental seja de fato conhecida por todos e todos
786 esses indicadores possam ser utilizados localmente. Então dando parabéns a todos, desejando
787 um excelente natal, um fim do ano, já aproveitando como Smolentzov fez, eu queria, de fato,
788 parabenizar por esse avanço que vocês trouxeram, que é o Painel com essa possibilidade de
789 consulta municipal e nós temos que divulgar isso o máximo possível. Muito obrigado.

790

791 **01:31:26 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Gostaria de convidar agora o
792 conselheiro Fernando Prioste e, na sequência, a conselheira Gilda Nunes.

793

794 **01:31:33 Fernando Prioste:** Bom, novamente, bom dia a todos. Parabenizar pelo relatório,
795 relatório extenso, com muitas informações, fica até difícil de comentar nos cinco minutos,
796 precisa telegrafar, eu vou dividir o tempo com o Henrique, depois, na segunda rodada, ele vai
797 fazer uma fala, mas trouxe alguns pontos que eu acho que são relevantes, alguns até
798 introdutórios, que parecem não ter relevância, mas que eu acho que são importantes. Tem uma
799 afirmação no relatório que não é dessa forma, não é de agora, ele diz o seguinte: “a sociedade
800 sabe o que significa e adere, em geral, sem hesitar ao preceito de que é necessário fazer a
801 economia crescer e gerar empregos. No entanto, é menor a clareza sobre a importância, as
802 maneiras de fazê-lo de forma sustentável”. Essa reflexão, para mim, eu vejo, por exemplo, como
803 um espelho da importância das comunidades tradicionais, porque a sociedade não vai virar uma
804 sociedade de comunidades tradicionais, mas as comunidades tradicionais mostram que é
805 possível fazer um modelo de desenvolvimento com produção econômica, com justiça
806 socioambiental, no território Paulista. Que existem várias formas, por exemplo, de fazer
807 agricultura, e olhar para as comunidades tradicionais é olhar não o passado, mas o futuro, porque
808 esse passado, essa construção da tradicionalidade, ela não é algo que se repete ao longo do

tempo, é algo que se faz distinto do hegemônico. Então essa afirmação para mim é importante nesse tipo de projeção, que na própria introdução ela também traz para mim questões que são um pouco da invisibilidade do racismo, mas que estão tão arraigados na sociedade que é difícil perceber, por exemplo, ele diz o seguinte num trecho: “com o fim oficial da escravidão negra e a chegada de imigrantes para trabalhar nas lavouras, a cultura de café expandiu-se para a região de Campinas, ocasionando também o crescimento da demanda por outros produtos agrícolas”, e mais à frente fala: “acumulação de capitais derivados da produção de café ou surgimento dos primeiros bancos, que passaram a financiar atividades industriais e comerciais, bem como a produção de outras culturas”. É verdade, mas boa parte da acumulação de capital que está aqui também está baseada na exploração da mão-de-obra negra escravizada desse período, não é só o produtor de café, mas é isso o que está escondido geralmente na sociedade, e desvelar esse passado e torná-lo aberto é uma chance de reinterpretar o passado para entender melhor o presente e projetar ações para o futuro. São coisas muito pontuais, mas eu acho que são importantes de considerar antes de entrar nos pontos dos dados. Uma outra questão também na caracterização das unidades, que eu acho relevante, que passou-se, não é de agora, mencionar as comunidades tradicionais resistência nessas unidades, mas ainda utilizam um parâmetro que, para nós, é incorreto, que é o parâmetro das comunidades reconhecidas. O que são as comunidades reconhecidas? Aquela que o Itesp fez um trabalho de um laudo antropológico e diz que ali tem uma comunidade tradicional, mas a nossa legislação, ela vai muito além disso. Ela trata do auto reconhecimento das identidades coletivas e tem outras ferramentas, como a Certidão da Fundação Cultural Palmares, isso para tratar das comunidades quilombolas, então, nós não temos 36 no estado de São Paulo, nós temos 56 certificados pela Fundação Cultural Palmares, mas também há outras comunidades tradicionais que não as quilombolas, que também poderiam, eu acho, compor esse cenário de caracterização das unidades que eu digo, já é um avanço estarem as comunidades tradicionais ali, né? Agora, entrando em alguns pontos ali, um dos pontos que eu recebi, inclusive, bem interessante da conselheira Cristina sobre essa questão dos agrotóxicos e como pautar ele no Relatório de Qualidade Ambiental. Porque quando eu vejo ali o indicador de potabilidade de águas, eu não sei se elas estão totalmente adequadas aos parâmetros lá da portaria 888 do Ministério da Saúde, porque ela prevê inclusive o monitoramento dessas questões, o agrotóxico, atrazina ou ou 24D (01:35:19), se elas estão todas dentro do parâmetro ou se esses elementos na verdade eles não são auferidos, são aferidos outros, né? Uma dúvida que eu tenho, se a presença do agrotóxico em todas aquelas análises, elas são feitas ou não são feitas e se são feitas, estão todas dentro do parâmetro ou não, acho que pelo menos visibilizar essa questão, acho que seria algo muito importante, inclusive para relacionar com outras informações que estão no relatório, que eu achei muito adequada também sobre a questão da mortalidade infantil, que não é uma questão nova também nos relatórios, mas se a gente diz sobre qualidade do meio ambiente, a gente diz sobre essas questões que são fundamentais na sociedade, e é possível, acho, fazer alguns tipos de cruzamento, como por exemplo, a potabilidade da água, esses efeitos, as regiões em que tem menor ou maior cobertura florestal e esses efeitos, porque também tem muitos estudos que tratam dessa questão, inclusive sobre áreas urbanizadas e mortalidade infantil. E caminhando para o final, no pouco tempo, também sobre o tema da biodiversidade, ele que está lá, não é? Uma informação que a gente vai lançar no relatório no ano que vem, ela compara as unidades produtivas, vamos dizer assim, os imóveis rurais e os territórios de povos de comunidades tradicionais titulados sobre vegetação nativa, e a informação que a gente apurou e vai soltar é que, de 1985 a 2022 os territórios

quilombolas, os titulados, perderam no Brasil todo 4.7 da sua vegetação nativa, enquanto as áreas privadas perderam 25% da sua vegetação nativa. E o dado que mais surpreende para mim, surpreende no sentido do volume, é de que os territórios quilombolas titulados na Mata Atlântica, houve um ganho de 85 a 2022, de 7.8 mil hectares de vegetação nativa no Brasil todo, só nos 425 territórios titulados. Se todos os 3.800 territórios tradicionais quilombolas forem intitulados, a gente tem uma perspectiva de ganho ambiental muito grande, porque a forma de fazer dessas comunidades impacta diretamente na cobertura da vegetação nativa e esse dado pela Mata Atlântica, para mim é algo surpreendente nesse sentido de desvelar a realidade. E uma questão também que fica como dúvida, mais adiante, tem uma parte lá da Cetesb que fala sobre supressão de vegetação nativa, autorização, reserva legal, é como vai se dar, como se dará essa informação, principalmente depois, vamos ver como vai ser esse debate, sobre o aumento do escopo do licenciamento ambiental municipal e como essas informações podem ser cruzadas, porque elas precisam ser cruzadas para gente ter um relatório de qualidade mesmo, a qualidade do relatório em si. E com a expansão desse procedimento de licenciamento municipal, como essas informações serão cruzadas? E este tem sido um desafio que a gente discutiu nas Comissões Temáticas. Por último também saudar essa informação, que era um ponto que eu iria trazer, conselheira Cristina, sobre a inter-relação entre o Cadastro Ambiental Rural e o Relatório de Qualidade Ambiental, porque é fundamental mesmo, né? A gente saber as áreas de APP que precisam ser reparadas, as que estão em conformidade, as áreas de reserva legal, porque a gente olha o mapa da vegetação nativa e a primeira impressão que fica é de que o Vale do Ribeira é a grande reserva legal do estado de São Paulo, que tem 22% da vegetação nativa somado do estado todo, mas a gigantesca parte está ali, geralmente no Vale do Ribeira. Então, compreender essa dinâmica para o restante do estado, eu acho que é fundamental. E por último mesmo, eu acho que tem pontos aqui que eu não vou me alongar, mas que são importantes de colocar, uma do que o Rodrigo falou, deste ano e vamos dizer assim, a tensão que se deu às políticas relacionadas aos povos e comunidades tradicionais em relação aqui com a Secretaria de meio ambiente, que eu acho, conselheira Cristina, que o ano que vem a gente tem chance de fazer isso avançar dentro da Secretaria de Agricultura, com diálogo franco e aberto. E trabalhos com uma questão relacionada a Bombas, o Plano de Manejo da APA dos Quilombos eu acho que está sendo um exercício exemplar, não só da elaboração dos Planos de Manejo, com participação das comunidades tradicionais, mas de como é possível estabelecer o diálogo entre o estado e as comunidades tradicionais, é mais demorado, dá um pouco mais de trabalho, mas a qualidade e isso vai para anos para frente, é fundamental. Enfim, são essas considerações que eu tenho mais preliminares, o tempo é pouco. Parabenizar pelo relatório, mas é isso. Acho que a gente tem muito desafio. O diálogo é fundamental, eu acho que a porta está aberta, eu acho que isso é fundamental também nessa análise.

01:39:36 Anselmo Guimarães: Obrigado, conselheiro. Pela ordem, conselheira Gilda Nunes.

01:39:46 Gilda Nunes: Bom, eu queria parabenizar pelo relatório. Como sempre, é um relatório bastante rico com informações relevantes, mas eu sinto falta de um plano de metas para melhorar esses indicadores. Eu sei que é citado, que é a necessidade da territorialização dos ODS, da agenda 20 e 30, e inclusive, gostaria de solicitar que a SEMIL apresentasse essas metas que foram colocadas na PPA para a melhoria desses indicadores. Queria destacar aqui a perda de qualidade da água subterrânea, que pelo relatório, nos últimos 10 anos caiu 10 pontos

percentuais, uma queda bastante significativa. E também a balneabilidade das praias, com o aumento das praias não balneáveis, com um aumento significativo na qualidade das praias classificada como ruim, péssima, e diminuição das praias com qualidades ótimas. Também acho que seria importante incluir os percentuais de abastecimento público dos municípios. Aqui no litoral norte, por exemplo, a gente tem cidade que não chega a 70% da população atendida com água da rede pública, isso acaba refletindo nas doenças relacionadas às questões hídricas, inclusive, a questão da mortalidade infantil aqui no litoral norte a gente tem um índice bastante grande em relação, se eu não me engano, acho que até é o maior do estado com relação a isso. Então essas são as minhas observações. Eu acho que o tempo foi pouco, eu cheguei a dar uma olhada anteriormente, mas mesmo assim não tive tempo de detalhar. Mas eu acho que seria importante disponibilizar com maior tempo e ter uma apresentação um pouco mais detalhada, item a item desses temas relevantes para que a gente consiga realmente se apropriar das informações e tecer os nossos comentários. Obrigada.

01:41:54 Anselmo Guimarães: Obrigado, conselheira. Conselheiro Fernando Prioste falou que o suplente iria falar, prefere já falar ou quer uma segunda rodada? Então, por favor. Henrique Kefalás, suplente do Fernando Prioste.

01:42:13 Henrique Kefalás: Olá, bom dia a todos e todas. Parabenizar também pela realização do relatório. Já de início me chama atenção a colocação. desculpa, esqueci o nome, a respeito da realização desse relatório a partir de dados secundários, né? Os dados que estão disponíveis dentro das instituições que compõem o Sistema Ambiental Paulista. Então, já nesse primeiro sentido, e olhando as informações, a gente tem uma certa discrepância, em alguns casos, muito detalhamento, em outros casos, uma superficialidade muito grande em torno das abordagens e de quão efetivo está sendo a implementação dos programas e ações dentro dessas instituições. Acredito que dentro do próprio sistema, para a construção das informações já há essa limitação, essa dificuldade de acesso a essas informações, imagine para nós, sociedade civil, que precisamos consultar esses dados permanentemente, ter acesso ao andamento da implementação das políticas públicas para que a gente possa fazer o monitoramento e avaliação de como está se dando esse processo. Então acho que isso deixa bastante evidenciado para nós a necessidade de avançar dentro dessa estruturação, desse painel que foi colocado, que, de fato, consegue trazer uma síntese e mostrar para nós aspectos gerais, mas que a gente não tem uma base de transparência ativa dessas informações e que a gente consiga acompanhar esse desdobramento da implementação dessas políticas, porque eu acho que os dados gerais trazidos aqui eles dão conta desse processo de criação dos instrumentos, aí entrando especificamente em alguns desses pontos, quando a gente fala aqui dos Planos de Manejo, do Conselho Gestor dentro das Unidades de Conservação geridas pela Fundação Florestal, a gente tem uma noção, assim, geral do, ah, formalizou, foi aprovado, mas em que pé que isso está, ou qual que é o grau de implementação? Como que as ações todas dos programas que estão colocados dentro da própria competência da Fundação Florestal se articula com os programas de gestão e medidas previstas dentro desses Planos de Manejo? O quão efetivos eles estão sendo? Porque a gente tem uma grande dificuldade desse processo, de muitas vezes de engajamento da sociedade na participação da construção desses planos. Por vezes, a aprovação às vezes muda alguma construção feita no território, isso já é um efeito desmobilizador em torno da construção desse instrumento e, na sequência, a gente não sabe como isso é implementado, o quão efetivo isso foi. Uma série de Planos de Manejo,

quantos Planos de Manejo estão desatualizados? Na previsão legal de renovação a cada cinco anos, qual o grau de implementação deles em termos de articulação com as outras iniciativas do estado? Então acho que são algumas perguntas para a gente conseguir avaliar a efetividade dessas Unidades de Conservação que a gente não consegue ter esse panorama geral. E aí, já a emendando, em complementação, acredito, ao que o conselheiro Fernando Prioste expôs, chama atenção quando a gente tem a área, a segmentação, dentro de biodiversidade de áreas protegidas, a gente não falar da dimensão das áreas protegidas enquanto territórios de povos e comunidades tradicionais, como o Fernando já apresentou os dados, consideram isso. Existe um Programa Nacional de Áreas Protegidas que integra a perspectiva, que não são só as Unidades de Conservação, mas também os territórios indígenas, territórios quilombolas e outros territórios de povos e comunidades tradicionais, então a gente ainda tem uma abordagem bastante, na minha perspectiva, reducionista, do que são áreas protegidas de fato, e o quanto isso compõem o mosaico de estratégias de base territorial para a proteção da sociobiodiversidade. Então acho que esse é um outro aspecto. E, por fim, ressaltar a necessidade desse destaque das políticas relacionadas a povos e comunidades tradicionais, não é? Quando a gente pega a cessão de uso público, por exemplo, dentro do campo das atividades previstas dentro da Fundação Florestal, tem um destaque muito específico para as concessões feitas dentro dos parques, né? Então nós temos o parque Campos do Jordão, Cantareira, com destaques de como aqueles processos estão. E um processo que é inovador, pioneiro, inédito, convênio assinado entre a Fundação Florestal e a Associação de Moradores da Comunidade da Cruz e Souza, Pereirinha, na Ilha do Cardoso, ele aparece diluído, escondido dentro de uma outra categoria de delegação de serviços que nem é a que foi aplicada naquele caso, que é a de permissão de uso nesse espaço, sem dar o devido destaque, pioneirismo e como isso está articulado à estratégias de defesa e manutenção dessas comunidades tradicionais nos territórios, então acho que esse é um outro aspecto que a gente chama atenção, e acho que isso é um assunto para a gente deixar até para o ano que vem, de conseguir se estruturar melhor nesse diálogo, em termos de como isso precisa dialogar com esse processo de modernização da Fundação Florestal, no sentido de que ela se estrutura e se organize para produzir as informações necessárias, a gente, nós, sociedade consigamos avaliar junto com o governo do estado a efetividade desses territórios geridos por essa instituição, por essa organização pública, que é a Fundação. É isso. Obrigado.

01:47:46 Anselmo Guimarães: Muito obrigado. Vamos passar agora aos comentários, vou abrir a palavra novamente para a conselheira Marina.

01:47:55 Marina Balestero: Obrigado. Estou tentando aqui, anotei tudo o que eu consegui. Espero não perder nenhum ponto, se eu perder a gente volta e a gente conversa. Primeiro do conselheiro, Andrés, sobre, eu imagino que seja o Índice de Gestão de Resíduos Sólidos, a gente não conseguiu resgatar a imagem, mas pelo seu comentário, a gente acha que é esse índice, que é o índice que é calculado pela CPLA mesmo. Ele tem mais de 10 anos onde a gente acompanha e avalia a gestão municipal. Ele foi reformulado recentemente, se eu não me engano, em 2021. Ele tem um preenchimento voluntário. A gente tenta avaliar toda a cadeia, todas as esferas da gestão de resíduos sólidos, então desde a estruturação políticas, educação ambiental, coleta seletiva, a limpeza urbana, logística reversa, disposição final e tratamentos. E acho que é por isso que quando a gente dilui essa cadeia, os desempenhos de alguns municípios que são bons em alguns aspectos e ruins em outros, na média, acabam aparecendo mais notas no caráter, acho

que é mediano, eficiente e insuficiente, a gente não lembra todas as categorias, do que as categorias mais eficientes ali. Então ele é voluntário, a partir do ano passado ele começou a ser vinculado com o repasse do ICMS ambiental, na fração de resíduos sólidos, que eu acho que é uma ferramenta que vai auxiliar os municípios a se estruturar. Então a gente está falando de repasse de recurso vinculado à qualidade da gestão de resíduos sólidos. E eu acho que ele mostra um comparativo interessante quando a gente fala da qualidade dos aterros, que a gente tem um estado todo pintado de verdinho, onde a disposição final, que foi trabalhar durante ao longo de muitos anos pela Cetesb para melhorar a qualidade dos locais. Em contrapartida, a gente tem um desafio muito grande para melhorar a gestão no nível dos municípios, então, acho que é um trabalho feito pela SEMIL, é uma gestão de atribuição dos municípios com o apoio da SEMIL, com diversas ações que a gente tem desenvolvido, para citar algumas, as próprias ações da Coordenadoria de Resíduos Sólidos, e o PMVA tem dado esse apoio para melhorar a gestão municipal. Com relação ao comentário do Trani, sim, com certeza a gente pode fazer uma agenda de divulgação do RQA, assim como a gente está montando uma agenda de capacitação do ZEE, em parceria com as regiões metropolitanas. O Prioste levantou vários pontos aqui, Prioste, eu vou tentar resumir, acho que assim, vieram muitas contribuições com relação até que trazem muitas reflexões importantes para a gente, tanto na forma de construção do relatório quanto na forma da gente pensar as políticas públicas, não só as desenvolvidas pela CPLA, mas como da SEMIL, da Secretaria de Agricultura, e acho que elas demandam essa reflexão. Esse tema de racismo é cuidar de um tema que a gente está se estruturando e pensando como incluí-los na elaboração das políticas públicas. E acho que em algum momento ele vai aparecer aqui, tanto como reflexo dos indicadores, como no capítulo 4 das políticas, como a gente trás, dá mais destaque para as populações e povos e comunidades tradicionais. Inclusive, acho que no Painel também é possível identificar no território, cruzar com outras informações a questão das comunidades tradicionais. Hoje a gente usa a caracterização conhecidas pelo Itesp, mas é um dado que a gente tem usado para a segurança, eu vou pedir ajuda aqui da Sheila para fazer essa parte.

01:51:48 Sheila Watanabe: O tema de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, para a gente também é muito caro. A gente fez um esforço de incluir eles no relatório, para a gente foi também, acessar essas informações, para a gente também, a gente também busca fontes, como eu falei, tem essas questões, da disponibilidade das informações, atualização periódica, e a gente gostaria de conversar com vocês para o próximo RQA, eu acho que vai ser algo que vai enriquecer muito nosso trabalho, inclusive porque vocês acabam aportando para a gente informações que para a gente também está longe, então acho que podemos já combinar da gente conversar, e estamos abertos para as contribuições e para a gente dar, assim, a partir da sugestões de fontes, a gente conversa, também vamos fazer conversas internas para ver a viabilidade de publicar isso, mas se for possível, para a gente vai ser ótimo. Você tinha comentado também sobre os dados da Fundação, nós publicamos ações, políticas públicas do Sistema Ambiental inteiro, então também, Henrique, você tinha comentado, sobre as informações, a gente, como eu disse, pública sobre políticas públicas do Sistema Ambiental inteiro, e aí essas seções são elaboradas pelas áreas, então os textos são feitos por pessoas, então a gente percebe que existem formas das pessoas se expressarem, tem pessoas que acabam, são pessoas mais diretas e também tem pessoas que são mais detalhistas, então a gente também tem essas questões individuais, a gente faz, claro, um trabalho de padronização dos textos, na medida do possível, mas assim, eu

acho que acaba sendo perceptível que são elaborados por muitas pessoas, e a nossa ideia, inclusive encomenda para as áreas é que os textos sejam sucintos, eles apresentem informações gerais sobre as ações, sobre as políticas públicas para que as pessoas que estejam lendo elas tenham uma noção do que é cada política pública, tanto que, sempre que possível, as áreas colocam, referenciam os endereços eletrônicos em que mais informações podem ser obtidas. No caso da Fundação, eles também tem na página deles um pouco de detalhamento maior sobre os dados, e aí eu acho que dá para tentar buscar, na medida do possível, essas outras fontes para obtenção dos dados, mas é um esforço nosso, inclusive, essa questão da da informação, né? a gente conversa muito sobre isso, o Jonatas comentou sobre como melhorar o relatório, a gente esbarra nessa questão que é a divulgação melhor das informações, porque o Sistema tem muita informação, mas a gente também está aprimorando essa forma de, com o aumento do uso do meio digital, a gente também vai junto, se aprimorando, se esforçando para divulgar cada vez mais informações, porque acho que é importante essa divulgação e a gente também se esforça muito. Então é isso, o RQA, o relatório, a gente tem um trabalho de aprimoramento constante, mas é um relatório extenso, então também temos muitas frentes, e aí a gente vai coletando essas informações que vocês dão, é importante para a gente também, direcionamentos para aprimorar o relatório.

01:55:59 Marina Balestero: Gente, eu combinei aqui com a Carolina dela responder algumas questões referentes aos dados que são calculados pela Cetesb, porque são dados secundários para CPLA, mas são dados primários para as áreas técnicas que produzem eles. Então acho que nada melhor do que as equipes que pensam a metodologia e divulgam esses dados poderem trazer essas respostas para vocês. Então eu vou passar aqui para Carolina, que eu acho que ela traz alguns detalhamentos.

01:56:23 Carolina Mariani: Olá, boa tarde. Bom dia a todos. É só questão rapidamente comentar a questão dos agrotóxicos, como que isso é tratado dentro da Cetesb. Nós fazemos o monitoramento das águas superficiais da água bruta, superficial e subterrânea. E o esquema atual de amostragem que a gente tem foi estabelecido em conjunto com a Embrapa, considerando o uso do solo por UGRHI, e considerando também os agrotóxicos que são usados, dependendo da cultura que estão naqueles locais. Essas análises, elas não são análises baratas, então a gente faz um rodízio anual dos pontos, mas a gente cobre o estado de São Paulo todo. Então, ao longo do tempo, a gente tem esses dados bastante consolidados e a gente, como eu disse, como a gente fez essa comparação com o com o, digamos assim, o real, que é o que é usado naquela UGRHI, a gente analisa não só os agrotóxicos que estão previstos na resolução Conama, como também outros que não estão previstos. E os resultados, até agora, apresentaram que a água subterrânea a gente não detectou esses agrotóxicos em águas subterrâneas, e na água superficial, sim, a gente detecta, maiores detalhes depois eu vou precisar de um tempo, se for o caso, para a gente poder resgatar isso junto ao relatório. Mas, em geral, são justamente os agrotóxicos que não estão previstos em lei, em regramento na norma do Conama que a gente costuma encontrar, detectar, e como a gente não tem previsão legal do padrão, a gente faz as considerações, compara com outros padrões de outros países para poder dar uma noção de grandeza do que aquele número representa. Então estamos à disposição para esclarecimentos adicionais que vocês quiserem sobre esse tema. A questão da balneabilidade lá em São Sebastião, a gente olhou aqui, é uma ou duas praias só, Itaquanduba e Itaguaçu, que nós entendemos aqui que é feita uma ligação, então

com um emissário de Itaquaduba, já que a praia do mesmo nome, e o emissário tá lá. A nossa análise, que é muito pouco provável que tenha uma relação tão direta assim com o emissário por conta do uso e as características dele, e a nossa indicação é que seja também fonte, realmente, de esgoto ali da região, talvez algumas ligações clandestinas, e aí, quanto mais com destino é o lançamento, mais difícil é para a gente controlar e apontar. Então a nossa análise, a grosso modo, que está trazendo então comentários sobre isso, uma análise expedita que a gente fez aqui para poder comentar é com relação a isso.

01:59:52 Marina Balestero: Obrigada Carolina pelas explicações aqui, e só para finalizar, pelo que eu anotei aqui, a conselheira Gilda tinha colocado sobre o Índice de Atendimento de Água dos municípios, a Sheila colocou no começo da explicação dela que a gente trouxe uma pincelada de algumas informações para a gente conseguir passar um panorama de todos os temas que são abordados no Relatório de Qualidade Ambiental, e sim, esse índice ele é apresentado no Relatório na parte de saneamento ambiental. Então, é possível acessar essas informações com o texto que explica o mapa, a gente tem tanto gráfico quanto o mapa aqui para vocês poderem consultar também essa informação. Ele só não ficou na apresentação, mas no conteúdo do relatório ele aparece. Obrigada.

02:00:37 Anselmo Guimarães: Obrigado, Marina, pelos esclarecimentos. Se não houver novos pedidos de esclarecimento, gostaria já de convidar para fazer uso da palavra a secretária Natália Resende e, na sequência, a gente passar já para votação.

02:00:37 Natália Resende: Bom, só dar os parabéns também aqui para nossa equipe, nossa sempre competente Coordenadoria de Planejamento, fazer isso em nome da Marina, e que é um trabalho hercúleo mesmo. A gente tem que valorizar, a gente tem muito orgulho do trabalho que vocês fazem lá na Coordenadoria. Parabéns mesmo. É um relatório que demanda muito trabalho, que tem uma importância muito grande para a gente ser transparente, para a gente olhar para o futuro e ver como é que a gente consegue melhorar, então, parabéns mesmo toda nossa equipe. E aí muito na linha do que já foi falado, não vou ser repetitiva aqui, mas pegando o gancho do que a conselheira Gilda falou, Henrique também, o que a gente tem tentado, desde o início do ano? Fazer uma integração maior das nossas áreas, principalmente para que as políticas públicas conversem mais, lógico, a gente tem, aqui são dados diversos, alguns vários secundários, muito de municípios que a gente, aí a gente tem outra forma de atuação, que são as capacitações, são as orientações, enfim, é diálogo, é trazer mais próximo. O que está na nossa ingerência, aí sim, a gente tem tentado com mais afinco, até porque a gente tem mais competência e mais condição, então eu estou falando, por exemplo, se vocês olharem lá no nosso PPA, e a gente discutiu muito isso, a gente teve uma preocupação de, por exemplo, tem um programa lá de segurança hídrica, programa de segurança hídrica, se vocês olharem no PPA passado, nos outros, ele estava muito focado no quantitativo, então era o DAEE ali fazendo obra, vendo a questão lá de desassoreamento, e a parte do qualitativo, já em outro programa, porque era feito mais pela Cetesb, enfim, estava uma coisa pouco dissociada, e a disponibilidade hídrica tem que olhar tanto quantitativo quanto qualitativo, não tem como você separar isso, então até como um indicativo de que a gente veria isso e a gente está tentando fazer isso muito em conjunto, a gente colocou no mesmo programa, óbvio que com as responsabilidades para cada qual, DAEE e Cetesb tem suas atribuições legais, mas de forma que a gente consiga até olhar isso mais uno,

mais consolidado, respeitando as competências dos órgãos. E aí foi quando a gente também fez o Integra Tietê, então, a gente sentiu falta um pouco dessa conversa, e aí a gente colocou DAEE, Cetesb, Fundação Florestal, a gente aqui, meio ambiente, Sabesp, todo mundo junto com os Comitês de Bacias para a gente fazer ações mais integradas. Então metas, indicadores, isso tudo a gente está tentando sempre melhorar porque precisa, a gente não consegue e não pode olhar um curso d'água e pensar assim, isso daqui é atribuição só de x, não tem como a gente fazer isso. E se você não integrar, não vai resolver a poluição. A gente conversou isso. A gente tem até que retomar, pessoal da SOS para a gente até caminhar mais naquele diálogo que a gente começou, que foi muito bom, porque a gente tem que envolver a sociedade civil também, se a gente considerar até a poluição difusa, 40% é muita coisa. Então o saneamento, a gente tem que melhorar, tem que melhorar a questão de fiscalização, de regulação e tem que melhorar a participação da nossa sociedade também para nos ajudar a caminhar junto nisso, não é? E aí, olhando a parte do que nos compete mais, a gente tem conversado também muito com o DAEE, que é um órgão muito importante nessa parte de recursos hídricos, muito focado ao longo dos anos em obras que tem que focar mais em regulação, em fiscalização dos recursos hídricos. Então a gente está tentando ali fazer uma mudança, inclusive com um trabalho que não é um trabalho de curto prazo, de transformar o DAEE numa agência de fato, como é a ANA (02:04:58), para a gente, mais do que transformar numa agência, é colocar uma mentalidade, uma cultura de regulação de recursos hídricos no estado de São Paulo, que eu não preciso nem falar a importância disso aqui, em relação à escassez, em relação a tudo que a gente já sofreu. E aí eu vejo duas perspectivas de aprimoramento que a gente tem que pensar para os próximos anos, um aprimoramento que o Jonas até já colocou do relatório em si, que aí a gente tem discutido muito, o que a gente consegue trazer para o relatório e talvez, mais importante até que isso, um aprimoramento nas informações primárias, que eu acho que aí a fonte, é aí que a gente tem que... E aí vem aquela diferença, os municípios, tudo bem, a gente tem uma forma de atuação, o DAEE, a gente está investindo muito lá nessa parte da regulação, de olhar, para quê? Para a gente melhorar a informação que vai parar aqui. E aí uma coisa que eu acho que a gente precisa refletir, que eu não vou ter a resposta hoje e que eu acho que vale a gente pensar é como a gente integra melhor os conselhos também. Eu vejo os conselhos muito apartados, CONSEMA, Conselho de Recursos Hídricos, o COFEHidro. Eles têm pautas, eu vejo isso porque eu sou a presidente, então eu estou nos três, e eu sinto falta disso. Eu tento fazer, mas eu acho que tem que ter uma institucionalidade, para não ficar só na pessoa, para ficar, olha, vamos pensar, talvez, uma pauta conjunta, pode ser anual. A gente sabe que são muitas pessoas, mas eu acho que vale, porque não tem como você separar meio ambiente de recurso hídrico, do financiamento, que vai via FeHidro. Então eu acho que para o ano que vem, para os próximos anos, a gente precisa pensar na integração desses conselhos, só deixando aqui a título de reflexão mesmo, tá bom? Obrigada.

02:06:58 Jonas Trindade: Acho que foi bastante falado e acho que, mais para reforçar um pouquinho do que foi apresentado, eu acho que todas as falas dos conselheiros são pontos importantes e foram debatidos até previamente à reunião, quando a gente estava discutindo o relatório, e a equipe preparando a apresentação. É o que eu falo, eu acho que na administração pública, um todo, geral, acho que é uma fala geral, não é exclusiva de um estado ou de outro, ou federal, municipal, sempre tem uma dificuldade de organização dos dados, das informações, acho que isso é um aprendizado que a gente tem que fazer ao longo do tempo. A gente tem que,

1169 realmente, avançar nessa pauta. Hoje nós temos ferramentas que facilitam um pouco mais, mas
1170 essa organização é importante para que a gente consiga chegar, não ficar simplesmente focado
1171 só no dado, a gente tem que ter a análise desse dado, e poder estruturar e organizar como a
1172 Natália falou, de uma forma mais concatenada esse entendimento do que acontece no território,
1173 até para poder ter um esforço, melhor direcionamento das políticas públicas que, como foi falado
1174 pela Natália, teve esse olhar de transversalidade, sim, como foi citado a questão dos recursos
1175 hídricos, tem uma importância, uma relevância você entender, interpretar isso com base em
1176 dados confiáveis, uma base sólida, uma base trabalhada, Cetesb está fazendo isso de uma forma
1177 muito firme, de melhorar, que tem uma base de dados muito grande, mas a gente tem que ter um
1178 direcionamento para poder facilitar, tanto o acesso à informação, de todo cidadão, que eu acho
1179 que isso é fundamental, dar transparência a informação. Recentemente, saiu, inclusive noticiado
1180 esse trabalho que Cetesb está fazendo, lançou essa semana, o presidente da Cetesb, um Painel,
1181 mas assim, eu acho que assim, espaço para melhoria, tem muito, eu acho que essa contribuição
1182 da sociedade civil é fundamental, contar com o apoio de vocês nesse processo não é um processo
1183 fácil, não é um processo que acontece do dia para a noite, a equipe técnica, até preocupada com
1184 a demanda que eles já têm, receber novas demandas, mas eu entendo que é estruturante ter esse
1185 olhar de vocês, da academia, da sociedade civil, para dar essa transparência e realmente ter essa
1186 ligação entre a política pública, essa política pública está refletida em dados e informações, não
1187 dá para ficar, ah, vou fazer isso da cabeça, sem ter uma base científica, sem ter uma base desse
1188 conhecimento, e isso tem sido feito, isso eu posso garantir que esse esse esforço a equipe técnica
1189 já tinha, não é algo novo, mas cada vez mais olhar para isso, acho que é fundamental para que a
1190 gente tenha o resultado esperado. O próprio Biota Síntese tem contribuído muito nesse processo.
1191 É um processo de melhoria contínua, e é isso, acho que é uma reflexão que nós estávamos
1192 fazendo na nossa reunião de discussão do RQA de melhoria, contamos com o apoio de vocês
1193 efetivamente, o olhar da questão da UC, das Unidades de Conservação nesse olhar mais de áreas
1194 protegidas, eu acho que o foco tem sido muito no que a legislação coloca, mas isso não impede
1195 que a gente tenha esse olhar mais amplificado, muito pelo contrário, eu acho que o caminho é
1196 esse, e assim, a minha experiência pretérita, em uma experiência relativamente recente, que eu
1197 acho que vale a pena comentar, quando eu estava no governo federal, tinha muita crítica da
1198 sociedade civil, que falava o seguinte, olha, vocês são pouco transparentes ou a transparência de
1199 vocês não é uma transparência ativa ou não é uma transparência que traga o resultado que a
1200 gente espera. Eu falei, tá bom, então, é aí provocados pela Controladoria Geral da União fomos
1201 convidados a participar de um processo de transparência ativa, com o envolvimento da sociedade
1202 civil. Tem uma participação da Associação Nacional dos Procuradores, Promotores, do
1203 Ministério Público, esqueço a sigla, e teve uma participação da sociedade civil. Assim, no início,
1204 teve muito embate, realmente teve embate porque a gente não entendia que a sociedade que
1205 sempre estava querendo e nem a gente conseguir explicar para a sociedade civil o que a gente
1206 vinha fazendo, de uma forma muito clara. Depois de muitas reuniões de discussão, chegamos a
1207 um consenso do que era o caminho que a gente tinha que perseguir, e assim, o resultado foi
1208 muito positivo, muito positivo. Não foi uma coisa fácil, a equipe técnica estava se descabelando,
1209 pelo amor de Deus, eu não aguento mais discutir e não chegar, ou ter uma clareza de qual o
1210 caminho que a gente vai seguir. Eu falei: calma, pessoal, que nós vamos chegar, a gente vai
1211 alcançar essa clareza em algum momento e chegamos. E o resultado foi muito positivo, então
1212 assim, contamos com a participação de vocês nessa construção. Contamos muito para que a
1213 gente possa direcionar o esforço da forma correta, da forma que traga essa transparência ativa,

que traga o benefício que a gente espera das políticas públicas estaduais. O desafio é esse, já está posto para a equipe da CPLA de forma conjunta com os demais atores que participam desse processo, e a gente entende que essa participação de vocês é fundamental, de uma forma geral, e dos outros entes do estado também, a própria? Agricultura, estou programando com a Agricultura uma pauta forte com esse olhar de restauração, a gente já tem uma pauta grande, já pedi para agendar as reuniões no ano que vem, muito provocadas pelo próprio secretário da agricultura, o pessoal do Itesp também, para a gente melhorar realmente essa governança e as políticas públicas do estado. Era isso.

02:13:00 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, subsecretário. Neste momento, então vamos submeter a aprovação do plenário do CONSEMA o relatório anual de qualidade ambiental, nós estamos agora com quórum de 29 conselheiros. Gostaria de pedir que se manifestassem agora, nesse momento, aqueles conselheiros contrários à aprovação do RQA 2023, por favor se manifestem. Não temos votos em contrário. Por favor, sinalizem aqueles que se absterem da votação. Por favor, sinalizem, aqui no plenário ou aqui no... Nenhuma abstenção. Fica aprovado, portanto, por unanimidade, o Relatório de Qualidade Ambiental 2023. Parabéns à Coordenadoria de Planejamento Ambiental. Muito obrigado, com isso, gostaria de passar o próximo item da pauta. Antes de passar, gostaria de fazer aqui uma solicitação ao plenário de inversão da pauta, do item número 3, nós anteciparmos, que é o item Turismo da Natureza, para como item número 2, as equipes da Fundação Florestal estão externas, estão com dificuldades de acesso, então gostaria de pedir aqui ao plenário para a gente poder antecipar e já contarmos aqui com nossos representantes da Secretaria de Turismo. Então com isso, o nosso próximo item de pauta é Turismo de Natureza, ações da Secretaria de Turismo e Viagens do estado de São Paulo. Quem vai fazer a exposição é o conselheiro representante da Setur, que é o nosso conselheiro Fábio Torquato, seja bem-vindo conselheiro novamente. Muito obrigado por essa iniciativa de trazer a debate aqui no CONSEMA as ações de uma Secretaria tão parceira, quanto a Secretaria de Turismo, por favor. Obrigado.

02:14:51 Fábio Torquato (Setur): Bom dia, CONSEMA. Bom dia a este importante CONSEMA, é uma satisfação à Secretaria de Turismo estar aqui hoje apresentando as suas ações. Parabenizar pela condução do CONSEMA, Secretária Natália Resende, presidente, o secretário executivo Jonatas Trindade, a secretaria executiva, Anselmo Guimarães e a equipe que dão todo o suporte a gente e fazem tanto por este CONSEMA. Trago a recomendação do secretário de turismo, Roberto Lucena, da secretaria executiva, Luciane Leite, da coordenadora de turismo Ana Clemente e da minha suplente, a Shirley Duarte também que, como todas as secretarias, lá nós estamos correndo muito na questão de fim de ano, então é por isso que eu estou aqui, mas estão todos lá online assistindo. Meu nome é Fábio Torquato, eu sou, como vocês vêem pelo pela voz, eu não sou daqui do estado de São Paulo, eu sou do estado do Rio Grande do norte, mas eu resido aqui em São Paulo já faz 20 anos. Há 8 anos entrei no governo por concurso, eu sou servidor da Secretaria de Turismo no cargo de executivo público, e estou aqui para estreitarmos relações das ações de turismo, principalmente de turismo de natureza, com este CONSEMA, vamos pedir o apoio de vocês em ações que a gente precisa de construção juntos, precisa de parceiros, e também abrir as portas da Secretaria de Turismo para as demandas que se fizerem necessárias para as questões de natureza e de visitação turística. Aqui, um breve histórico do turismo. Primeiro queria começar falando para vocês que as ações que a gente

1259 executa na Secretaria de Turismo, quando a gente, muitas vezes a gente pensa em turismo e
1260 pensa naquele turismo predatório, turismo do turista que deixa lixo nas praias, na natureza, isso
1261 não é o que nós fazemos na Secretaria. O turismo sustentável é o que fazemos, no decorrer da
1262 apresentação vocês vão ver que todas as ações, o público que a gente busca para esse turismo é
1263 um público qualificado para as ações e para a preservação do meio ambiente. Aqui, uma breve
1264 definição de turismo da Organização Mundial de Turismo. O turismo compreende as atividades
1265 que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas, em lugares diferentes ao seu entorno
1266 habitual por um período consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios ou
1267 outras. Essas definições da OMT já existem há muitas décadas e elas são, na verdade, para
1268 formar melhor as estatísticas de turismo. Na Secretaria de Turismo nós somos embasados pela
1269 Lei Geral do Turismo, essa lei é de 2008, é uma lei que dá todas as diretrizes da cadeia de
1270 turismo. A Secretaria de Turismo foi criada por Decreto em 2011, que organizou a Secretaria de
1271 Turismo. Posteriormente, ela passou a se chamar Secretaria de Turismo e Viagens. Na Secretaria
1272 nós temos a estrutura, além da questão de gabinete e dos núcleos ligados ao gabinete, nós temos
1273 a Coordenadoria de Turismo, é uma Secretaria só com uma Coordenadoria, Coordenadoria de
1274 Turismo, da qual eu faço parte, que na Coordenadoria de Turismo está todo o planejamento e
1275 implementação de políticas públicas. Temos o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das
1276 Estâncias, que é o Dadetour, que é a questão das... a gente vai ver um pouco mais na frente,
1277 estâncias. e municípios de interesse turístico que são recursos que o estado tem e oferece para
1278 essas instâncias e municípios turísticos. Nós temos o CIET, Centro de Inteligência da Economia
1279 do Turismo, que é uma espécie de observatório do turismo estadual, com várias estatísticas de
1280 dados do turismo no nosso site está lá, vale a pena ver. Tem uma boa base de dados do turismo
1281 do estado. Tem o setor de Credtour também, que é o crédito turístico, que oferece linhas de
1282 crédito para a cadeia turística, e temos um núcleo do Cadastour também. O Cadastour é o
1283 cadastro de prestadores de serviços turísticos do governo federal. que todos os prestadores têm
1284 que, são 14 ou 15 atividades no Cadastour, entre elas sete são obrigatórias na cadeia do turismo,
1285 são obrigatórias, deterem esse Cadastour, e uma delas é a maioria é CNPJ, e delas, que podem
1286 ser CPF, é o de guia de turismo. Aqui, o estado é dividido, os chamados municípios turísticos
1287 do estado são as estâncias turísticas e o MITs, Municípios de Interesse Turístico. As instâncias
1288 turísticas já existem desde a década de 1940 e 1950 e foram se aperfeiçoando. Existem as
1289 instâncias balneárias, climáticas e hidrominerais. Hoje são todas as instâncias turísticas, são 70.
1290 Na década passada, foi criado também os municípios de interesse turístico, os Mits, que são 150
1291 municípios. Esses municípios, para serem as instâncias são fixas, os municípios para serem
1292 municípios de interesse e turístico eles têm que atender alguns critérios, como Conselho
1293 Municipal de Turismo, serviço médico emergencial, infraestrutura básica, plano diretor de
1294 turismo e atrativos turísticos expressivos que justifiquem eles serem esses Mits, e tanto os Mits,
1295 Município de Interesse Turístico, quanto às instâncias, são atendidos por aquele fundo de
1296 recursos, que é o Dadetour, Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias. Essa
1297 divisão aqui, Mapa das Regiões Turísticas, são as regiões turísticas do estado de São Paulo, e
1298 cada Secretaria, cada área tem a sua divisão regional. A Secretaria, o governo do estado participa
1299 do Plano de Regionalização do Turismo desde 2004 e tem um setor de regionalização que orienta
1300 esses municípios a participarem. Hoje nós temos 47 regiões turísticas, contemplando 397
1301 municípios. Então, esses municípios, os municípios para fazerem parte da região turística, da
1302 mesma maneira que eu citei anteriormente dos interesses turísticos, os municípios têm que
1303 cumprir uma série de requisitos, tem que possuir conselho municipal de turismo, esses conselhos

1304 municipais de turismo, Comtour, são muito importantes, porque o turismo é feito com iniciativa
1305 pública e principalmente com o privado. Então, essas instâncias de governança do turismo tem
1306 necessariamente que ter empreendedores, tem necessariamente que ter a iniciativa privada.
1307 Então, hoje nós temos 47 regiões de 397 municípios. No site, na página do da Secretaria tem
1308 uma página das regiões turísticas, eu gostaria de, como exemplo aqui, entrar numa página das
1309 regiões aqui, vou pedir ajuda ao Nicolas aqui, Nicolas, você pode colocar, por favor, naquela
1310 página das regiões turísticas? Vou botar aqui como exemplo a região turística dos Cânions
1311 Paulista, que é a região ali, é um alto Vale do Ribeira, que compreende os municípios de Itapeva,
1312 Itararé, Bom Sucesso de Itararé, Nova Campina e Ribeirão Branco. Aqui um exemplo de como
1313 é a página hoje, de como é a página de cada região turística. Cada região turística tem um
1314 histórico, cada página tem um histórico dos municípios, por exemplo, aqui cercado pelo verde
1315 da Mata Atlântica, Itararé, privilegiado. Então, em cada município onde tem Itararé, leva para a
1316 página de turismo do município de Itararé e de todos os municípios, que é uma maneira da gente
1317 dividir com os municípios a responsabilidade de ter uma comunicação, ter uma página com os
1318 atrativos, porque muitas dessas regiões não há aquela profissionalização que se espera de terem
1319 páginas atraentes, calendário de evento, calendário de atrativos, então a gente orienta, coloca
1320 esses municípios para dentro das regiões e orientamos nas políticas públicas de estruturação,
1321 capacitação e promoção. Lá em baixo de cada página da região turística, nós temos todos os
1322 programas que elas participam. Aqui quem é município de interesse turístico na região, essa daí
1323 não tem estância, mas quando tem a gente coloca também. Tem os programas, os guias, rotas
1324 que a Secretaria tem, em cada página de região a gente coloca as ações da Secretaria, estão
1325 dentro daquela região, o visitante entra lá e já tem em todas as nossas ações. Nessa região dos
1326 Cânions, a gente incentiva eles a terem páginas próprias promocionais também. Nessa região
1327 dos Cânions, Cânions Paulista, essa página já foi construída por eles mesmos da região, os cinco
1328 municípios se juntaram, eles fizeram uma rota de cicloturismo, que foi um trabalho bem
1329 interessante que eles fizeram, inauguraram no feriado de 7 de setembro passado, e esses
1330 municípios, eles se organizaram, se estruturaram e combinaram dentro de cada área do
1331 município, cada município ficou responsável pela sinalização padrão. Então, aqui nessa página
1332 aqui tem as rotas, têm as agências de cicloturismo que oferecem o passeio para o visitante, tem
1333 pousadas, hotéis e restaurantes, é um produto de turismo de natureza desenvolvido por eles lá, a
1334 gente orienta, a gente dá aquele apoio na divulgação, mas quer que eles caminhem com a
1335 estrutura deles. Então, esse é um exemplo das páginas das nossa regiões turísticas, a gente coloca
1336 os dados, coloca todos os programas e em seguida a gente orienta eles a terem as suas páginas
1337 promocionais também. Na nossa página, tem o endereço embaixo,
1338 turismo.sp.gov.br/regiões-turísticas tem todas as regiões. O site tem um bom conteúdo, tem uma
1339 jornalista dedicada a fazer os textos de cada município. Os municípios que mandam as
1340 informações, ainda não é um site como a gente gostaria, a gente brinca que gostaria que esse site
1341 das regiões fosse um site como Casas Bahia, que você vai escolher uma geladeira, se é branca
1342 ou colorida, se é 110, 220, uma porta, 2 portas. Da mesma maneira, a gente está colocando o
1343 conteúdo aí, mas a gente precisa e estamos trabalhando para isso, para ter uma coisa mais
1344 interativa, a pessoa entre lá, é turismo de base comunitária, é turismo de natureza, eco aventura,
1345 gastronomia, para já ir mapeando onde estão os atrativos no estado. Então essas 47 regiões
1346 turísticas estão aí, e todos os programas, ações da Secretaria, desde quando tudo o que a gente
1347 vai executar, desde o planejamento inicial, sempre é dentro dessa questão das regiões turísticas.
1348 Aqui dentro do site também nós temos algumas rotas turísticas. Um exemplo, aqui, uma rota

1349 turística do Vale do Ribeira, tem rota turística de algumas regiões. Não estão todas aqui, mas só
1350 para mostrar para vocês como dentro dessas regiões a gente também trabalha nessa construção
1351 de rotas. Aqui alguns exemplos, Mantiqueira, Litoral Norte, ali tem Cânions Paulista, Veredas
1352 da Mata Atlântica e Angra Paulista, outras regiões mais a oeste do estado, Pantanal Paulista,
1353 Tietê Vivo, Maravilhas do Rio Grande. Além dessas regiões, a gente também começou a fazer
1354 guias, especialmente esses voltados ao turismo de natureza, por exemplo, temos um guia de
1355 cicloturismo. Esse guia de cicloturismo, existem várias rotas lá, mas a gente procura sempre
1356 ajudar a estruturar e colocar aquelas que estão mais estruturadas. Eu também faço parte do Ciclo
1357 Comitê, que é ligado aqui a SEMIL, a Secretaria de Turismo tem uma cadeira lá e eu participo
1358 do Ciclo Comitê, mensalmente temos as reuniões também, e uma das ações sob responsabilidade
1359 da Secretaria de Turismo para esse Ciclo Comitê é um Portal do Cicloturismo do estado de São
1360 Paulo, um portal cicloviário. Então esse guia é um embrião do que vai ser esse Portal do
1361 Cicloturismo. Alguns outros guias bem voltados para natureza, observação de vida silvestre,
1362 sobre observação de vida silvestre, sempre tem uma feira chamada Avistar, de avistamento de
1363 pássaros, esse último ano foi na USP. Eu estive lá representando a Secretaria. Eu fiquei
1364 impressionado com o público de observação de aves. É um público muito forte, aqui e
1365 internacional. O pessoal vem mesmo, é um público muito qualificado. É um público que gera
1366 desenvolvimento econômico e é um público totalmente que visa a preservação. Então, é uma
1367 das áreas que nós estamos também buscando fortalecer essa questão de observação de vida
1368 silvestre e especialmente o avistamento de aves. Temos um guia de pesca também, não só de
1369 litoral, mas na imensidão de rios que nós temos aqui, então temos, os municípios mandam os
1370 empreendimentos, manda os seus cadastros e a gente vai colocando nos guias. Então tem uma
1371 diversidade de guias que vai, e tem outros, ainda aqui, como eu falei, tem outras ações, é que a
1372 gente buscou trazer as questões mais de turismo, mais direcionado ao turismo de natureza. Aqui
1373 dentro das rotas turísticas nós temos os guias, nós temos aqui um projeto de rotas cênicas
1374 também. Essas rotas cênicas são projetos em acordo com outros órgãos de governo. Ainda não
1375 estão sendo executados pela questão de recursos, que são estruturas mais caras, mas que tem
1376 mirantes, portais, miradouros, em algumas regiões, hoje temos a rota do Lagamar, rota das
1377 cavernas, estrada parque e rastro da serpente. Alguns empreendimentos desses já estamos
1378 buscando a viabilização com DER, com outros órgãos e principalmente, na questão de
1379 viabilização de recursos. Mas essas rotas cênicas foram criadas, e a intenção delas é a pessoa
1380 visitar um lugar especialmente de turismo de natureza, então, que naquela paisagem ali cria-se
1381 cenários que vão favorecer a divulgação. Outras rotas que nós temos são as rotas gastronômicas.
1382 Essas rotas gastronômicas aconteceram esse ano, dessa primeira parte aqui, já aconteceram
1383 algumas adições, Campinas, Ribeirão Preto, Registro, Araçatuba, Campos do Jordão, Águas de
1384 São Pedro e Santos. Essas cidades são sedes daquelas regiões turísticas que estão lá, então é
1385 feito um contato com os produtores rurais, é levado um grupo de *press trip* de jornalistas para
1386 visitar os produtores rurais e orientá-los para a divulgação dos seus produtos, e no final, há um
1387 encontro em uma feira em que esses produtores participam e negociam seus produtos.
1388 Próximo ano ainda tem algumas edições para acontecer, e em São Paulo vai acontecer um
1389 festival no mês de abril, todas as 10 rotas do interior vão ter um grande encontro aqui em São
1390 Paulo no próximo ano. Outra frente que a gente tem lá é a questão das marcas das regiões
1391 turísticas. Algumas que já foram feitas essas marcas, quando elas são planejadas para se
1392 desenvolver, o pessoal busca-se a administração pública, busca-se os conselhos municipais de
1393 turismo. É uma participação de toda a cadeia de turismo, porque são feitas pesquisas,

levantamentos, até que se chegue nessa marca validada por cada região. Aqui tem alguns exemplos do Vem Pro Vale, em Cantos da Cuesta, Raízes do Campo, ali na região de Ribeirão Preto, da Mantiqueira Paulista, o Circuito das Frutas e a região do litoral norte. Atualmente estamos finalizando a do Vale Histórico, que é ali em Cruzeiro, Lavrinhas, aquela região lá na Dutra, no finalzinho do estado de São Paulo. Então, essas marcas turísticas, marcas de lugar, a gente vê isso como uma questão de fortalecimento da identidade regional, porque aquelas regiões turísticas a gente sempre, os municípios fazem parte de acordo com sua geografia, eles estão a maioria das vezes vizinhos, mas também de acordo com as suas vocações, naturais e culturais. O turismo rural é outra frente que a Secretaria está atuando junto com a Secretaria da Agricultura. O Fórum Estadual do Turismo Rural, ele foi criado em 19/06/2018, em seguida, ele veio para esta Secretaria de Turismo. Tem como parceiros a Secretaria da Agricultura, a Federação da Agricultura e Pecuária do estado de São Paulo, Senar, a Universidade de Santo Amaro e o Sebrae. Essa, na questão do turismo rural, como em praticamente todas as nossas ações, essas questões têm conexão com a natureza e a cultura local, alojamento em casas rurais, atividade ao ar livre e gastronomia local. Tudo isso e todas essas ações aqui nós visamos isso, na questão das comunidades tradicionais, da questão de preservação e esse fortalecimento. Aqui, esses 4 itens estão no turismo rural, mas eles permeiam todas as nossas ações. E recentemente houve uma audiência pública virtual para mapear os principais desafios dos empreendedores e traçar diretrizes da política estadual de fomento rural. Esse levantamento aconteceu agora no final de novembro, estão sendo validados, estão sendo estudados os dados ainda. Aqui, só queria mostrar para vocês esse programa que é Secretaria de Turismo realizou em 2021, *Adventure Week Vale do Ribeira*, *Adventure Week* é um programa de uma empresa americana chamada ATTA, *Adventure Travel Trade Association*, que faz um programa para divulgar turismo de natureza emergentes com foco no turismo Internacional. Então, em 2001, em outubro de 2001, ali, de 22 a 31 de outubro, vieram 19 estrangeiros, entre agências de viagens de turismo de aventura, operadores e influência de jornalistas. E esse pessoal veio passar uma semana no Vale do Ribeira, nessas três regiões, no Vale do Ribeira, naquela delimitação das nossas regiões, nós temos caminhos da Mata Atlântica, Caverna de Mata Atlântica e Lagamar. Então, esse pessoal veio, a equipe de organização, fizemos uma visita de inspeção, os locais que eles iam se hospedar, os locais onde eles iam fazer refeições, os passeios que eles iam fazer. Tudo foi validado para atender aquele padrão internacional, né? E, principalmente, obter deles um relatório pós a realização do evento para passar para os prestadores de serviço regionais, como eles podem melhorar, então, tudo o que foi feito nessa *Adventure Week* visava a preservação, turismo sustentável e atendimento por operadores locais. E a gente recebeu deles, do programa, percepção, experiências, recomendações, oportunidades para a estruturação de roteiros e perspectivas de futuros negócios. Aqui algumas imagens, em cima, na primeira região, caminhos da Mata Atlântica. Eles fizeram visitação da plantação de chá em Registro, outras trilhas de Mata Atlântica, região das cavernas, conheceram bastante a região das cavernas e Lagamar também. No final, na última imagem, houve uma rodada de negócios no Paço Municipal, aquele lindo prédio lá em Iguape em que o pessoal, os participantes estrangeiros da *Adventure Week* se reuniram com todos os operadores que atenderam eles para ali levarem esses operadores e para o seu país. E como resultado, 70% planejaram criar novos itinerários. Operadores indicaram criar 20 novos itinerários em São Paulo, previsão de 722 novos visitantes internacionais, só por aqueles prestadores, até 2024, e o gasto médio por visitante. Então, foi um programa muito importante que nós fizemos, porque apontou para a gente, principalmente para os operadores,

1439 como eles melhorar na questão de turismo Internacional. E as críticas que o pessoal lá, os
1440 gringos, como se diz, maravilhados, ali na região do Petar, ali, o pessoal era maravilhado com o
1441 atendimento que os operadores locais prestavam lá. Acho que a Ângela, que é filha do Jurandir
1442 lá de Iporanga, ela estudou inglês antes para receber esse pessoal, então eles voltaram
1443 maravilhados, assim, com essa questão da cultura local, então eles apontaram o suporte ao
1444 idioma, sinalização, questão de Wi-Fi, conectividade, que a gente sabe que é um problema geral
1445 também, e o que eles mais aprovaram foi a questão da interação com a cultura local,
1446 comunidades quilombolas, indígena, artesanato, gastronomia. E isso é a maior experiência para
1447 eles, não foi nem tanto a aventura, mas sim essa interação. Aqui é um programa que nós estamos
1448 executando de turismo de aventura, chama SP Eco Aventura, é um programa realizado pela
1449 Secretaria de Turismo e Sebrae, junto com a Abeeta, Associação Brasileira das Empresas de
1450 Ecoturismo e Turismo de Aventura, esse programa, SP Eco Aventura, ele visa certificar
1451 empresas com a norma ABNT 21101, que é a norma do sistema de gestão de segurança. Hoje,
1452 em todo o Brasil, são 18 empresas de turismo de aventura que possuem esse sistema de gestão
1453 de segurança. A maioria desses passeios que a gente vai, tirolesa, rapel e tudo, a gente acha que
1454 as empresas são certificadas, mas na maioria das vezes não são, e visando isso, visando tornar o
1455 estado do turismo de aventura, esse programa, aqui as atividades das empresas que foram
1456 certificadas, no início nós dividimos o estado em 8 polos, levamos o programa para essas
1457 empresas com ações de sensibilização em mais de 200 municípios e cerca de 500
1458 empreendedores de turismo de aventura. Esse pessoal recebeu a sensibilização, recebeu a
1459 importância de ter um sistema de gestão de segurança, e de acordo com a condição que os
1460 empresários tinham de participarem do programa, esses 500 empreendedores foram afunilando
1461 porque a maioria deles queria certificar, mas não tinha atividade estruturada ou alguma vez, se
1462 ele faz no local e público, no local privado, ele tem que ter aquelas autorizações, tem que ter a
1463 licença, seja do público, seja do proprietário, ele tem que estar com tudo direitinho, então nem
1464 todos conseguiram lá. Mas a gente começou o programa com 100 empresas se certificando, e
1465 120 atividades. Algumas estão em processo de certificação de mais de uma atividade. Então,
1466 inicialmente foram cerca de 500 empresas que se sensibilizaram. Dessas 500, 100 tiveram todo
1467 o suporte do programa, cursos de gestão do Sebrae e toda a questão da consultoria para obter a
1468 certificação, o pessoal da consultoria, eles tinham uma consultoria remota e eles receberam duas
1469 vezes os consultores presencialmente. Consultor foi lá, passou dois dias na empresa, avaliando
1470 principalmente a questão documental, que eles têm que estar com tudo pronto para a ABNT vir
1471 e certificar. Então, das 100 empresas, nós conseguimos finalizar a consultoria e elas estão para
1472 receber a ABNT para a certificação de 71 empresas com 82 atividades que estão em 37
1473 municípios e 22 regiões turísticas. Então, foi um programa muito importante, porque essa
1474 questão de sistema de gestão de segurança que, para turismo de aventura e segurança é a coisa
1475 mais importante. Então, é um programa que está em execução ainda, e muito importante para o
1476 turismo de natureza. Aqui nós temos o site do Programa SP Eco Aventura, então tem em todas
1477 as cidades, por exemplo, aqui você entra no site, tem as cidades abaixo, em cada cidade, por
1478 exemplo, na imagem de baixo, em cidade de Socorro, município. Socorro, tem seis empresas no
1479 programa que já leva direto para a página das empresas e as pessoas já entram em contato
1480 diretamente com a empresa para marcarem suas viagens, seus passeios. Aqui, pessoal, gostaria
1481 de falar com vocês, esse aqui, no mês de agosto nós tivemos, em julho, a Secretaria de Turismo
1482 criou o Comitê de Sustentabilidade e Carbono Zero, que entre as metas tinha reduzir o consumo
1483 de papel e plástico, mecanismo para a economia de energia e água, coleta seletiva de lixo. Então,

foi criado esse Comitê de Sustentabilidade, está em processo de contratação de uma empresa que vai dizer quanto que nós gastamos de carbono, basicamente com viagens de avião, com realização de eventos para fazer essa compensação. E a questão da coleta seletiva de lixo, pessoal, essa questão da coleta seletiva de lixo, só para finalizar aqui, já estou acabando, falar um pouco do nosso dia a dia. Nós estamos num prédio, estamos junto com a Secretaria da Agricultura, naquele prédio no centro onde foi o hotel Esplanada e sede da Votorantim. É um prédio de 8 andares. A Secretaria de Turismo ocupa o 5º andar. Então, esse Comitê que eu faço parte, de sustentabilidade, nós já definimos ações, vamos implantar a coleta seletiva, mas aí, uma situação real e que a gente vive, é a questão da coleta seletiva. Por exemplo, lá no nosso andar, no nosso prédio dói você colocar um lixo orgânico em cima de um copo descartável, essas coisas não fazem parte mais da cultura de preservação. Então nós estamos vendo essa questão do lixo, saindo de lá até a ponta, eu gostaria até de pegar um gancho no que a conselheira Malu falou na reunião passada, que é essa questão do lixo que a gente precisa dar ao cidadão individual e as comunidades a condição que eles viabilizem a sua atitude, porque não adianta a gente separar o lixo no andar, ou eu separar o meu lixo pessoal, e no final bota tudo no mesmo saco e leva embora, né? E essa é uma realidade, inclusive, nas repartições. Eu trabalhei na Secretaria da Educação também, que é um prédio grande ali no edifício Caetano de Campos, na Praça da República, e é igualzinho, da mesma maneira. Então essa questão de coleta seletiva a gente tem esse trabalho aí, e vamos buscar realmente, procurar essa logística, não é logística reversa, mas essa logística de que esse lixo realmente tenha a destinação correta. Aqui, e por fim, para fazer uma analogia aqui na Secretaria de Turismo, nós temos o Conturesp, que é o Conselho de Turismo do Estado de São Paulo, que é um conselho irmão aqui do CONSEMA, que reúne-se uma vez por mês, também participa de toda a cadeia do turismo, pública, privada, representantes dos segmentos de turismo. Então, essa é a apresentação que a gente gostaria de trazer da Secretaria de Turismo. Gostaria, conselheiros e conselheiras, gostaríamos de estreitar ações de turismo de natureza, participar de Câmaras Temáticas aqui neste CONSEMA, debatermos juntos. As portas da Secretaria de Turismo, estão abertas também para iniciativas de turismo, viabilização, estruturação, que a gente possa ajudar nisso aí, porque o nosso interesse é esse, é o crescimento do turismo sustentável, e é isso aí que a gente apresentou da Secretaria. Qualquer dúvida, estamos à disposição.

02:48:57 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, conselheiro Fábio Torquato, pela exposição, né? Registro aqui que o conselheiro Alexandre Perinotto, que está se colocando aqui para conversar mais sobre as questões dos geoparques também, é sempre uma pauta que ele traz aqui. E agora, abre-se a palavra aos conselheiros. Caso alguém queira fazer algum apontamento, o conselheiro Fernando Prioste, na sequência, a conselheira Cristina Murgel.

02:49:30 Fernando Prioste: Obrigado, conselheiro, por trazer esse tema aqui ao debate. Ele é bastante relevante e tem muita relação com a questão ambiental e socioambiental, e acho que são duas questões. Uma, eu acho que a tentativa de construir um caminho de diálogo ali na região com as comunidades tradicionais sobre o turismo, porque, como você mesmo disse, hoje, grande parte de quem vai fazer turismo na região lá do Vale do Ribeira, está interessado nos atrativos naturais, mas sempre vinculado com a história, da onde veio, o que é, como faz, o porquê. E, no fim das contas, o atrativo natural quase que é um chamariz para discutir o que é o verdadeiro atrativo, que eu acho que é a cultura, não é? E mesmo aqueles atrativos naturais, as

1529 cavernas, a parte, vamos dizer assim, física, não humana, está intimamente relacionado a isso,
1530 porque a própria existência das cavernas, ela é parte de um processo também de manutenção
1531 daquela região como ela está. E a gente vê que tem experiências que são muito exitosas e
1532 consolidadas, como o turismo, lá na Caverna do Diabo, com a Mamel, assim como lá no
1533 Quilombo do Ivaporunduva, que eu acho que dá uma média de quase um ônibus por dia de
1534 turista que vai para lá, principalmente de escolas e das escolas mais ricas, inclusive, aqui da
1535 cidade de São Paulo, para fazer o tal do estudo do meio e conhecer aquela realidade. Mas
1536 também há uma realidade muito grande de pessoas que não têm acesso a esses mecanismos e
1537 que precisam de um caminho diferente de relação e diálogo com o estado, para que tenham essa
1538 potencialidade fomentada. Um exemplo muito nítido, a gente tem discutido bastante, é lá no
1539 Petar, na comunidade de Ribeirão dos Camargos, Cabocla, que de fato tem uma demanda muito
1540 grande para a expansão do turismo mas que tem muita dificuldade de lidar com o turista em
1541 função de questões históricas da região, que uma aproximação da Secretaria será muito bem-
1542 vinda. E também muito relacionado a isso, secretária, com a questão do Petar e o que se vai fazer
1543 com relação à iniciativa que teve no passado de concessão do Petar para o turismo, mas,
1544 independente da concessão ou não, como fazer com que o Petar seja também um espaço de,
1545 vamos dizer assim, de compatibilizar, ou de melhor, compartilhar o fruto do turismo,
1546 principalmente o econômico, como ela na Caverna do Diabo, que a senhora teve a oportunidade
1547 de conhecer também, e que tem um turismo de excelência ali pelas comunidades tradicionais,
1548 como fazer isso acontecer ali no Petar? Não foram poucas as vezes que eu fui lá fazer turismo,
1549 inclusive sempre procuro aqueles guias que são da região e são as pessoas que têm a relação de
1550 trabalho mais precarização. É uma relação em que as agências geralmente levam a grande parte
1551 do recurso e o monitor fica com um resultado muito pequeno. A média estava assim, quando
1552 você vai através de uma agência, cada pessoa que vai fazer o turismo por dia paga lá de 250,
1553 300 reais, um pouco mais, um pouco menos para agência, que formam grupos de 8 a 10 pessoas,
1554 dependendo da caverna. Só que o monitor, ele recebe lá 150 reais para fazer o turismo desse
1555 grupo de 8 pessoas, né? Então, como lidar com essa questão? É um cenário complexo, é um
1556 cenário que o estado tem também limitações, mas que também pode ser um indutor da justiça
1557 socioambiental naquela região. E muitas pessoas dessas que são de comunidades tradicionais, o
1558 bairro da Serra, ele foi um bairro de comunidade tradicional, hoje não é mais, são pessoas que
1559 foram espoliadas no passado em função do Petar, das mineradoras, inclusive, e que hoje tem
1560 essa situação de trabalho precarização, daí a gente olha lá no Ivaporunduva e olha na Caverna
1561 do Diabo e vê que tem potencial e que é muito grande, que é inclusive uma consciência sobre
1562 como lidar com o turismo, porque na Caverna do Diabo tem uma escala lá das pessoas que vão
1563 fazer o apoio, e quase todos os dias, a escala não bate todo mundo fazendo as mesmas visitas.
1564 Vamos dizer, se tem 20 pessoas e um número lá, as primeiras 10 conseguiram fazer mais viagens
1565 do que as últimas, mas todo recurso ele é compatibilizada entre todas as pessoas, então tinham
1566 20 pessoas disponibilizadas, 20 pessoas trabalhando, tudo que foi auferida é dividido entre
1567 aquelas 20 pessoas. Então assim, pensar essas modalidades, eu acho que é fundamental para
1568 fazer o cruzamento com a necessidade que o turista busca ali, que é esse diálogo. No passado
1569 teve, inclusive, uma iniciativa do circuito quilombola da região, mas acabou não andando muito
1570 para frente, mas tem muita gente com vontade de trabalhar o turismo e com necessidade de fazer
1571 esse diálogo com a Secretaria de Turismo também. A gente lá não trabalha muito diretamente
1572 com esse tema, mas pode ajudar a fazer a ponte do diálogo com instituições locais. Parabéns.

1573

1574 **02:53:48 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Conselheira Cristina Murgel.

1575

1576 **02:53:55 Cristina Murgel:** Primeiro, parabenizar, Torquato, pela apresentação. Acho que a
1577 presença da Secretaria de Turismo e a interação aqui com as comissões é fundamental. Eu acho
1578 que, cada vez mais, a gente descobre esse potencial do estado de São Paulo. Pela parte da
1579 Secretaria da Agricultura, nós temos vários, como você mostrou aí, e cada vez mais a gente tem
1580 descoberto a necessidade da atuação conjunta, porque o turismo rural, mesmo os produtos dessas
1581 rotas gastronômicas, eles são sim alternativas em muitas regiões, por pequenos produtores, e
1582 cada vez mais nos cobram tanto a regularização das suas propriedades quanto a regulação dos
1583 seus produtos, né? Com selos, de forma a dar esse diferencial a esses produtos e a essas regiões,
1584 então é um trabalho que estamos começando, temos algumas coisas já andadas, mas alguns
1585 projetos para 2024, então, somos vizinhos de prédio, mas somos também uma parceria muito
1586 grande, e eu acho que só tende a crescer nesse ponto de vista, tá? Parabéns pela apresentação.

1587

1588 **02:55:16 Anselmo Guimarães:** Obrigado, Cristina Murgel. Eu acho melhor a gente passar para
1589 as considerações. Tem o conselheiro Perinotto, professor Alexandre Perinotto, representante da
1590 Unesp, também o conselheiro Henrique, e aí a gente passa já para os comentários. Pode ser?
1591 Obrigado.

1592

1593 **02:55:38 Alexandre Perinotto (UNESP):** Bom dia ou boa tarde, já. Agradeço a oportunidade.
1594 Sinto não estar aí presente hoje. É só para fazer um comentário, eu estive no Marrocos na
1595 Conferência Internacional da Unesco para geoparques em setembro, e trouxe algumas
1596 exigências que a Unesco está nos colocando, mas ao mesmo tempo verificando que a gente
1597 avançou bastante nos nossos projetos em relação à criação do primeiro geoparque mundial da
1598 Unesco no estado de São Paulo, e que é um modelo de desenvolvimento sustentável que atende
1599 a nove dos ODS diretamente e a quase todos indiretamente. Então, é um modelo de
1600 gerenciamento do território, tendo o turismo como uma mola propulsora, com base nos
1601 referenciais naturais, mas também agregando os valores culturais e os valores históricos daquele
1602 território. Um modelo, assim, de sucesso internacional, são 195 geoparques em 48 países do
1603 mundo, e a gente tem um modelo aqui em desenvolvimento já bastante avançado no nosso
1604 estado, que é o nosso projeto Geoparque Corumbataí, que envolve a USP, a Unicamp e a Unesp,
1605 a CPRM, enfim. E eu estou aqui vendo essa apresentação do Torquato, já conversamos, já
1606 levamos o nosso material, já entreguei, inclusive, para nossa secretária Natália, para o Jonas,
1607 e eu acho que nós estamos, nesse momento, precisando nos realinhar, e eu gostaria muito de
1608 sugerir, secretária, dentro das possibilidades da sua agenda, obviamente, do Jonas, uma
1609 reunião que envolvesse a SEMIL, a Secretaria de Turismo, Secretaria de Desenvolvimento
1610 Urbano, que eu tenho conversado muito com o Trani para que a gente possa dar um pouquinho
1611 mais de apoio oficial a esse nosso projeto, e me colocar totalmente à disposição da Secretaria de
1612 Turismo, porque muito do que foi apresentado, nós estamos fazendo, e se faz sucesso em 48
1613 países, com certeza a gente tem muito a ter sucesso aqui também, pela potencialidade que nós
1614 temos no estado de São Paulo. É um aspecto que quando a gente fala em meio ambiente, muitas
1615 vezes a biodiversidade é totalmente, ela é a vedete, e muitas vezes, a geodiversidade fica à
1616 reboque, e ambas têm o mesmo peso e tem uma correspondência biunívoca entre elas, uma não
1617 existe sem a outra. Então eu estou aqui me colocando, à Unesp, e a mim próprio dentro desse

projeto para colaborar, porque esses projetos todos são convergentes e o nosso caso, como alguém falou agora de pouco, nós teremos um selo da Unesco e isso traz visibilidade e traz exigências também do ponto de vista da conservação, da preservação. Prioste, não só da natureza, como das culturas que ali habitam e ali desenvolveram ao longo do tempo. Então, só pra reforçar e agradecer essa apresentação do Torquato, e reforçar a nossa necessidade de uma parceria mais próxima. Muito obrigado. Eu quero também aproveitar a ocasião para desejar um bom final de ano para todos, e que 2024 a gente possa estar juntos com muito mais resiliência, muito mais realizações, muito obrigado.

02:59:47 Anselmo Guimarães: Obrigado. Na sequência, o conselheiro Henrique Kefalás e o conselheiro na Nalon.

02:59:54 Alexandre Perinotto: Só um minutinho, eu preciso me ausentar que estão me chamando aqui, então eu agradeço a oportunidade e novamente me coloco à disposição.

03:00:05 Henrique Kefalás: Obrigado, conselheiro Fábio, pela apresentação. Eu gostaria mais, a título de um comentário e sugestão, de uma busca por uma maior integração entre as ações da Secretaria com a perspectiva do trabalho desenvolvido pela Fundação Florestal, a gente vê que tem um esforço relacionado à construção de infraestruturas, com trilhas suspensas e outras iniciativas e a vinculação justamente das políticas relacionadas, no caso não é uma política, porque eu acho que esse é um ponto que dá a necessidade da gente ter uma política mesmo sobre essas parcerias que estão sendo pensadas na promoção do turismo, mas para que a gente possa entender como que essa iniciativa se vinculam as próprias iniciativas da Secretaria de Turismo. Nesse sentido, acho primordial que as equipes, principalmente das Unidades de Conservação, possam ter oportunidade de conhecer essas metodologias e formatos de trabalho ligados aos estudos de viabilidade econômica para promoção do turismo nesse territórios. O que a gente tem visto em termos de proposta do governo do estado quando trouxe as perspectivas das concessões, são estudos feitos por consultorias que estão localizados aqui em São Paulo e que muitas vezes não fazem a tomada de preço territorial. Então, faz uma projeção de custos e ganhos acerca dessa atividade turística que está baseada numa iniciativa que onde foi feita essa tomada de preço, levou em conta as características daqueles territórios, em termos da acessibilidade, do custo logístico, de fato, de fornecimento de itens alimentares e da logística relacionada ao transporte desses visitantes. Então, acho que existe um descompasso entre a perspectiva do que se tem de desenvolvimento do turismo dentro da Secretaria de Turismo e a realidade nesses territórios, sobretudo quando há um intermédio da gestão da Fundação Florestal sobre essas áreas. E aí eu resgato uma perspectiva histórica de que, quando se pensa, muitas vezes, as concessões desses parques, parte-se de uma premissa legalista de que ali são territórios que não devem ter a presença humana, mas a realidade do estado é que as comunidades estão dentro desses territórios, elas passaram a atuar no turismo de forma compulsória, ou seja, uma vez que foram limitados seus modos de vida, elas passaram a atuar no turismo por falta de opção e se especializaram nessa atividade ao longo de 30, 40 anos. E agora, o que está sendo oferecido é, venha trabalhar, muitas vezes sem uma carteira assinada até, ou numa forma precarizada dentro de uma estrutura de uma grande concessionária, sendo que há uma grande capacidade potencial dentro dessas unidades territoriais para serem não só os prestadores de serviço, mas os gestores desses atrativos turísticos, essas possibilidades de promoção do turismo no território. E isso vem

sendo reivindicado por esses grupos através da perspectiva do turismo de base comunitária. Acho que é um conceito fundamental, que precisa estar integrado e reconhecido nesse trabalho da Secretaria. Eu senti bastante falta desses elementos dentro da apresentação do conselheiro, que essa é uma realidade que está posta no território. A partir dessas iniciativas, algumas delas formalizadas, outras nem tanto, mas que também precisam ter registros específicos nessa linha de crédito, por exemplo, que é um valor volumoso, 4 bilhões de reais para a linha de crédito no turismo e qual o recorte disso para esse turismo de base comunitária? Quais são as condicionantes para que esses grupos possam também acessar essa disponibilidade de recursos para investimento nas suas próprias iniciativas? Então acredito que a gente conseguindo dar esse recorte a essa forma de promoção do turismo, que vai estar intimamente associada com valores aqui já colocados, como a questão da cultura, a produção de insumos regionalizados, a integração entre as comunidades, que eu acredito que é algo que pode ser bastante valorizado e ter esse reconhecimento numa maior diversidade de iniciativas que fazem essa promoção turística no estado. Obrigado,

03:04:20 Anselmo Guimarães: Obrigado, conselheiro. Vamos passar agora a última manifestação então do conselheiro Marco Nalon. Na sequência, a gente passa aos comentários do conselheiro Fábio Torquato, depois a gente passa para os comentários à presidência. Tudo bem? Então, por favor, conselheiro Marco Nalon.

03:04:37 Marco Nalon: Fábio, parabéns, achei excelente, surpreendeu bastante. Todos os aspectos que você falou da natureza, eu queria só ressaltar um que tenho mais contato com ele que é a questão de turismo que você mencionou da qualificação das empresas que atuam e dos guias, das pessoas que estão envolvidas. Eu vi que você já tem uma atenção para isso, mas como é que poderia chegar num outro gargalo, que é onde que essas pessoas acham qualificação? Acho que isso é uma coisa que a gente poderia avançar. A Secretaria de Turismo transcende, entra a parte da educação também, de uma série de coisas, mas eu estava até conferindo aqui no meu pedaço, que é São Bento do Sapucaí, as três empresas que estão aqui são certificadas, mas lá no local tem aquele cara que é o guia individual que faz uns bicos, e mesmo dentro dessas empresas existem pessoas que não estão qualificadas, então isso acho que reflete até no que vocês colocaram, Prioste, da questão do Vale do Ribeira, comunidades tradicionais, que a gente encontra esse pessoal altamente capacitado, às vezes do ponto de vista de conhecimento local, de envolvimento, mas a parte técnica, dependendo da atividade, não está devidamente qualificado nos equipamentos que são indicados, certificação, e isso é difícil de encontrar no mercado também cursos para qualificar isso, então acho que tem que trazer as duas coisas em conjunto. Era isso que eu queria só ressaltar e parabéns. Realmente foi muito legal ver.

03:06:27 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Nalon. Antes de passar em definitivo a palavra, o Henrique pediu para fazer um complemento, é coisa rápida?

03:06:34 Henrique Kefalás: É rápido. Só porque se não vou ter problema lá na Instituição, se eu não abordar a questão do turismo náutico, porque eu acho que esse é um ponto que eu gostaria de levantar. Essa é uma iniciativa que tem chamado bastante atenção nossa nessa atuação, nos ecossistemas dos ambientes costeiros marinhos aqui no estado de São Paulo, e a gente tem observado um crescimento acentuado do turismo náutico, uma grande quantidade de

embarcações particulares, e isso tem trazido circunstâncias um pouco atípicas para essa gestão desse espaço. A gente tem uma carência, e uma necessidade, e uma maior atuação da capitania dos portos, em termos de atuar na regulamentação sobre limites de velocidade, boas práticas, procedimentos a chegar nas regiões litorâneas. A gente vai ter daqui a pouco uma apresentação sobre os manguezais e essas embarcações em alta velocidade acabam por contribuir em processos erosivos já existentes nas margens das regiões estuarinas, sobretudo na zona costeira, onde há essa presença dessa vegetação. E um aspecto que tem chamado a atenção, isso, claro, está dentro da alçada das Unidades de Conservação Costeiro Marinho, sobretudo as áreas de proteção ambiental marinha do estado, mas o turismo nas ilhas do litoral paulista. A gente tem tido um aumento exponencial também dessa visitação nesse espaço, com uma grande dificuldade por parte da Fundação Florestal em termos de regulamentação e cuidado, porque são muitas ilhas, isso está pulverizado, as Unidades de Conservação as vezes não têm o barco para poder fazer a fiscalização, aproximação, estar ajudando a construir essas normas de uso e isso, por vezes, tem gerado situações de sobrecarga de visitação nesses espaços, de despejo incorreto dos resíduos dos barcos nesses locais, por vezes acidente com fauna e com pessoas, mesmo com banhistas. Então acho que esse é um ponto de atenção. Eu vi que houve até uma reunião recente com a Marinha do Brasil, com a Secretaria de Turismo, mas acho que muito mais focado nas regiões onde tem as represas no interior do estado e a gente está precisando desse olhar também bem aprofundado e cauteloso no litoral paulista. Então acho que essa é uma sugestão de uma outra frente de convergência e da Secretaria com a Fundação Florestal.

03:08:58 Anselmo Guimarães: Obrigado, conselheiro, e agora com a palavra, nosso conselheiro Fábio Torquato.

03:09:02 Fábio Torquato: Só umas rápidas considerações aqui, primeiro professor Perinotto, com o seu parque, o Geoparque Corumbataí. É uma ótima iniciativa. Já estivemos reunidos lá na Secretaria de Turismo e, no que depender da gente, que ele solicitou uma conversas junto com a SEMIL, o que depende da gente, estamos à disposição. O Geoparque Corumbataí é muito importante para o estado. A questão do Ivaporunduva, eu estive lá em agosto, eu estive com a Chime (03:09:32), secretária de turismo de Eldorado. Estive lá no Ivaporunduva, tive a alegria de conhecer o seu Benedito. Ele apontou algumas questões de conectividade, de acesso, questão de melhorar a questão de hospedagem, um espaço de evento, mostrou as áreas para a gente ir lá e tudo, está no nosso radar, vamos aprofundar a conversa. Fernando, essa questão que você falou do turismo de base comunitária, é um foco nosso, essa questão também estamos disponíveis, vamos conversar mais sobre isso aqui no CONSEMA ou na Secretaria. Nós temos alguma coisa em andamento e, por exemplo, só para te falar, tem uns dois meses que eu fui procurado pelo pessoal lá da comunidade do Rio Vermelho, em Barra do Turvo. Eles tem uma associação lá, Amafarva, Associação dos Moradores e Agricultores Familiares do Rio Vermelho e Adjacências. Ele está em Barra do Turvo, naquela rodovia estadual que pega da Régis para Barra do Turvo. Conversei com Ana Lúcia e com a professora Jane. Numa primeira conversa, elas diziam, olha, nós queremos explorar o turismo de base comunitária, nós temos viveiro de plantas, nós temos gastronomia, nós temos artesanato, mas elas estavam conversando, numa primeira reunião, eu fui, disse, olha, eu acredito em tudo que vocês estão falando, de tudo que existe aí, mas vamos tentar passar isso para o papel para, em seguida, a gente buscar os parceiros. Aí marquei uma reunião com elas 20 dias depois, nessa reunião eu fiquei completamente

surpreso com o material que elas trouxeram. O material histórico, os sítios que estão lá, localização, os atrativos de cada um, o que eles precisam de infraestrutura, de capacitação, de promoção para o trabalho, porque eu solicitei, vamos passar para o papel. Eu fiquei impressionado com isso aí. Em seguida, já procurei a prefeitura de Barra do Turvo, procuramos a questão da Fundação Florestal, acho que é o Domingos, o pessoal do Senar, assim, a gente vai procurar atender essa questão de cursos de capacitação, e você que está mais diretamente nessa área, vamos conversar depois sobre essa e outras iniciativas lá. Cristina, obrigado pela parceria sempre. Nós estamos vizinho lá, e com certeza nessa questão do turismo rural vamos continuar trabalhando juntos para fazer o melhor. Henrique, você as suas colocações, a questão de crédito para a comunidade, turismo de base comunitária, vamos estreitar isso, alinhar isso, essas questões, ver o que é que elas precisam, cumprir e ter daquela legalização e tudo para buscar o crédito. Nas conversas com a Fundação Florestal, a gente precisa ter algumas conversas na Secretaria de Turismo com Fundação Florestal relativo, principalmente, a trilhas, a uma demanda muito grande nas feiras que a gente vai em todo lugar pelo passaporte de trilhas, existiu o passaporte de trilhas no passado, desde 2012, 2013, não existe mais, e tem projetos de serem feitos, e isso não tem andado, então a gente pede apoio da SEMIL, da Fundação Florestal, para retomar essas conversas nessa questão do passaporte de trilhas e outras relativas à visitação nas Unidades de Conservação. Sobre o turismo náutico, recentemente, alguns mesmo, Fórum Náutico, que era da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, passou para a Secretaria de Turismo. Então assim, eu não tenho tanta propriedade para falar que eu não participo do Fórum Náutico, mas levaremos essas questões para lá e podemos buscar um contato do Fórum Náutico com CONSEMA, acredito até que o Fórum Náutico já enviou alguma questão para o CONSEMA em andamento aqui, mas vamos estreitar isso, essas questões tem tudo a ver com o Fórum Náutico e vamos levar e vamos discutir isso aí no âmbito do Fórum Náutico. É isso aí, pessoal, muito obrigado. Só para finalizar, o Nalon falou da questão de capacitação, essa questão de capacitação que você falou, essas empresas do turismo de aventura que chegaram lá nessa certificação, eles já estão em outro patamar, bem mais elevado. Eles já são profissionais, mesmo os que não conseguiram chegar até a certificação, e a falta de profissionalização nesse meio realmente é muito grande. Nós precisamos formar mais guias, porque esses guias que tem justamente aquele cadastro dos prestadores de serviço do governo federal, Cadastour, são esses guias que fazem o turismo. Só uma colocação que eu gostaria de fazer, eu estou aqui neste CONSEMA, já por algumas questões de turismo de natureza, que eu tenho participado na Secretaria nos últimos anos, principalmente do Vale do Ribeira, essa questão de turismo de aventura, então quando tratam as coisas lá de turismo de natureza, já botam para mim que eu tenho uma alegria muito grande, para conhecer melhor essa realidade dos guias, realidade do mercado. No ano passado eu entrei num curso, não é minha área, mas eu tinha curiosidade e vontade de conhecer melhor, eu entrei num curso de guia de turismo e fiz o curso de guia regional de São Paulo, e, nesta semana, eu recebi minha carteirinha, minha credencial de guia de turismo, então realmente isso precisa chegar para quem está na ponta, para quem trabalha diretamente com isso. Essa questão de formação de guias, onde vocês veem gente trabalhando com turismo, querendo incentivar turismo, essa questão de formação de guia é primordial. Não existe turismo ali sem ter um guia capacitado para isso. Então essa é uma discussão, é uma luta nossa também. Obrigado.

03:15:58 Anselmo Guimarães: Obrigado, muito obrigado pelos esclarecimentos. Antes de

chamar a secretária para fazer uso da palavra, eu queria só fazer um informativo, as equipes da Fundação Florestal, por questões outras, elas tiveram que estar ausentes e elas não estão conseguindo acesso aqui para a reunião. Então por isso a gente submete aqui o pedido da gente novamente adiar a discussão sobre a ação integrada dos manguezais, por absolutamente questão técnica mesmo, eles não estão conseguindo acessar, tudo bem? Henrique, por favor.

03:16:03 Henrique Kefalás: Anselmo, eu gostaria de reiterar o pedido feito pelo conselheiro Roberto Resende, acerca de informações sobre a obra no Valo grande, na região de Iguape. Se ao menos esse ponto vocês...

03:16:20 Anselmo Guimarães: Que era um comentário que também seria feito pela Fundação Florestal, em conjunto com a Cetesb. Se a gente puder, não sei, já tomando a liberdade aqui de encaminhamento da gente poder encaminhar uma manifestação depois para os conselheiros, tudo bem? Aí faz em conjunto com a Fundação Florestal também, que tem informações bem relevantes. Tudo bem? A gente encaminha, já dá conhecimento para todos os conselheiros, sem prejuízo de eventual comentário quando tiver aqui a fala. Senhora secretária, Natália Resende, então agora, com a palavra para fazer suas considerações.

03:16:20 Natália Resende: Muito obrigada. Parabéns pela apresentação, Torquato, acho que é uma coisa que a gente tem que integrar cada vez mais, o turismo, a gente já faz muitas ações em conjunto, mas como foi posto aqui, a gente tem muita potencialidade e a gente tem que, sim, explorar e pensar no turismo, sempre vendo o tripé, que a gente fala, e aí acho que vai muito na linha do que eu e o Henrique, o Prioste falaram aqui da sustentabilidade. Eu entendo que as coisas andam muito em conjunto, não tem iniciativa conflitante em relação a, por exemplo, o turismo de base comunitária, concessão, a gente só precisa estudar, envolver a comunidade para ver como é que a gente consegue colocar o econômico, social e ambiental. Então, esse tripé, a gente tem que olhar em cada particularidade de projeto para eles pararem de pé e pra gente conseguir de fato integrar esses três elementos. Então, quando a gente olha o Petar mesmo, eu acho que é uma coisa que a gente podia, Fernando, depois junto com o Rodrigo, sentar para a gente retomar junto lá com o pessoal, ver como é que a gente consegue fazer, por exemplo, igual a gente fez em Ubatuba, colocar a mão de obra local, ver uma coisa responsável, amarrar melhor no contrato. São coisas que eu acho que a gente precisa discutir melhor, e acho que a gente deve retomar ano que vem. Vamos retomar, a gente senta, monta um plano mesmo, vai lá, conversa com pessoal, coloca a academia junto também. A gente tem, Henrique, concessões e concessões, depende muito da modelagem, e a gente tem como sim colocar um turismo de base comunitária dentro, de uma forma responsável, para a gente aliar as duas coisas, aliar investimento a longo prazo, que o poder público também tem as suas limitações em relação ao recurso, então a gente consegue colocar para poder amortizar ao longo do prazo, consegue colocar a questão social e já deixar também, inclusive, melhor do que é hoje, que o Fernando sabe bem, ele falou que a gente tem problemas hoje, então como é que a gente consegue também mitigar isso no âmbito do, seja concessão, enfim, a gente estuda qual o melhor instrumento, mas a gente precisa discutir melhor. Eu acho que essa questão do Petar, acho que vale a gente sentar, fazer uma agenda específica junto com a Fundação Florestal, ir lá, falar com as comunidades, com as agências também. A gente fez isso da outra vez, mas eu acho que vale retomar, vale muito a gente retomar isso o ano que vem, tá? Então vamos fazer isso. Eu acho que, e a Secretaria de Turismo também,

1843 lógico, sempre convidada a participar, a gente sempre conta muito com o apoio de vocês. E é
1844 isso, Anselmo, você já me deu para palavras finais aqui?

1845

1846 **03:19:52 Anselmo Guimarães:** Era isso mesmo. Se me permite aqui um comentário, agradecer
1847 a todos aqui pelos trabalhos desse ano, super produtivos, né? Foi um ano bastante rentável,
1848 reuniões bastante produtivas, e colocar aqui a nossa próxima reunião está agendada agora para
1849 31 de janeiro, e até acho que antes disso nós vamos nos ver nas Audiências Públicas, que muito
1850 provavelmente vão ter algumas já no mês de janeiro. E com isso eu gostaria, então, desejar boas
1851 festas para todos e um ótimo 2024, secretária, e agradecer por tudo, todo apoio e generosidade
1852 de todos.

1853

1854 **03:20:26 Natália Resende:** Da mesma forma, né? A gente fica muito feliz pelo ano que a gente
1855 passou aqui, foi muito produtivo. A gente avançou em vários temas, temos muito a avançar, mas
1856 acho que são sempre diálogos, reuniões, trabalhos que a gente consegue discutir com muita
1857 qualidade, nesse locus, pessoas profissionais com muita competência e sempre trazendo visões
1858 diferentes, cada qual nas suas competências, suas atribuições. Isso é muito importante. A gente
1859 só faz política pública de qualidade se for dessa forma aqui, se for com muita transparência,
1860 então fico muito feliz de compor esse conselho. Acredito que nos próximos anos a gente vai
1861 cada vez avançar mais, é isso que a gente pretende, está no nosso planejamento. E a gente tem
1862 que, junto com vocês, fazer a execução desses planejamentos, planejar em conjunto também.
1863 Deixo aqui meus agradecimentos e meus votos de feliz natal, feliz ano novo, boas festas. Contém
1864 sempre aqui conosco na Secretaria, no conselho, a gente fica muito feliz de ter vocês aqui com
1865 a gente. Obrigada, feliz fim de ano.